



EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 056/2015

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE LABORATÓRIOS PARA AS ESTAÇÕES DE TRATAMENTO DE ÁGUA DA CASAN

TIPO: MENOR PREÇO

REGIME DE EXECUÇÃO: EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO

- **ACOLHIMENTO DE PROPOSTAS:** de 07/04/2015 até 23/04/2015 às 09:00 horas
- **DATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS:** 23/04/2015 às 09:00 horas.
- **INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS:** 23/04/2015 às 14:00 horas.
- **SISTEMA ELETRÔNICO UTILIZADO:** Banco do Brasil
- **LOCAL:** www.licitacoes-e.com.br
- **PREGOEIRA:** Sabrina de Abreu
- **REFERÊNCIA DE TEMPO:** Para todas as referências de tempo será considerado o horário de Brasília.

COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO
GERÊNCIA DE LICITAÇÕES
DIVISÃO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
Rua Emílio Blum nº 83 - 1º Andar - Centro - Florianópolis, CEP 88020.010
www.casan.com.br

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 056/2015

A COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO - CASAN CNPJ/MF nº 82.508.433/0001-17 - Inscrição Estadual nº 251.835.880, através de pregoeiro designado pela CASAN, por meio da utilização de recursos de tecnologia da informação – INTERNET, torna público que de acordo com Lei Federal nº 10.520 de 17 de julho de 2002, Lei Estadual nº 12.337 de 5 de julho de 2002, Regulamento aprovado através da Resolução nº 27 de 17 de novembro de 2006, Decreto Estadual nº 1563 de 6 de junho de 2013, Resolução nº 01 de 20 de fevereiro de 2013 que adota no que couber o Decreto Federal nº 7.892 de 23 de janeiro de 2013, com a aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, e alterações posteriores, realizará processo licitatório na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO PARA SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS**, tipo **Menor Preço**.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da Internet, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases. Os trabalhos serão conduzidos por servidor integrante do quadro efetivo da CASAN, denominado Pregoeiro, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo "Licitacoes-e", constante da página eletrônica do Banco do Brasil S.A.

Sistema de Registro de Preços – SRP – Conjunto de procedimentos para registro formal de preços relativos à prestação de serviços e aquisição de bens, para contratações futuras.

Ata de Registro de Preços - ARP – Documento celebrado entre o Órgão Gerenciador e os Fornecedores que registraram seus preços, vinculativo e obrigacional, com característica de compromisso para futura contratação, no qual se registram os preços, os fornecedores, os órgãos participantes e as condições a serem praticadas nas contratações futuras, conforme as disposições contidas no instrumento convocatório e propostas apresentadas.

2. DO OBJETO

O objeto desta licitação consiste no **REGISTRO DE PREÇOS** visando a eventual **Aquisição de Equipamentos de Laboratórios para as Estações de Tratamento de Água da CASAN**, de acordo com as especificações contidas no **ANEXO I e V** deste Edital.

3. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

- 3.1.** Os recursos financeiros para pagamento do objeto da presente licitação são provenientes de recursos próprios da Companhia Catarinense de Águas e Saneamento – CASAN, oriundos da conta orçamentaria nº 6108530 (Equipamentos de Laboratório).
- 3.2.** O orçamento oficial para esta licitação é de **R\$ 4.467.460,30** dividido em **06 Lotes**, conforme tabela abaixo, os valores Unitários, Totais e Globais para esta licitação encontram-se detalhado no **ANEXO I – Planilha de Preço**.

Lote	Valor
Lote 1	R\$ 1.159.666,00
Lote 2	R\$ 442.900,50
Lote 3	R\$ 626.560,00
Lote 4	R\$ 580.534,00
Lote 5	R\$ 1.237.000,00
Lote 6	R\$ 330.799,80
TOTAL:	R\$ 4.467.460,30

- 3.3.** A CASAN realizará com periodicidade pesquisa de mercado para comprovar a vantajosidade dos preços praticado pelo detentor da ata. Verificando desconformidade entre o preço registrado e o preço de mercado, proceder-se-á negociação de preço conforme disciplina os arts. 17 a 21 do Decreto Federal nº 7.892 de 23 de janeiro de 2013.
- 3.4.** Os preços serão fixos e irrevogáveis durante os primeiros 12 (doze) meses de contratação, contados da data de apresentação do orçamento desta licitação (Fevereiro/2015). Após seus preços poderão ser reajustados pelo Código de Série nº 1004812 (Máquinas e Equipamentos) - da FGV, observando sempre o intervalo de 12 (doze) meses entre um reajuste e outro.

4. DAS CONDIÇÕES GERAIS PARA PARTICIPAÇÃO

- 4.1.** Poderão participar do processo os interessados que atenderem a todas as exigências contidas neste Edital e seus anexos.
- 4.2.** Cada empresa apresentará uma só proposta para cada lote, não sendo admitidas propostas alternativas.
- 4.3. DA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE**
- 4.3.1.** Se a vencedora do certame for empresa de pequeno porte ou microempresa, devidamente comprovada, a documentação de regularidade fiscal deverá ser na forma do **ITEM 8** deste edital, mesmo que contenha restrição.
- a)** Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 02(dois) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.
- b)** A não-regularização da documentação, no prazo de 02 (dois) dias previsto no §1º do Art. 43, da LC 123/06, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Art. 81 da Lei nº 8.666/93, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura **Contrato e/ou Autorização de Fornecimento (AF)**, ou revogar o Pregão.
- 4.3.2.** Será assegurado, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.
- a)** Entende-se por empate a situação em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada.
- 4.3.3.** Para efeito do disposto no Art. 44 da LC 123/06, ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:
- a)** A Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP) mais bem classificada poderá, no prazo de 05 (cinco) minutos após a convocação, apresentar nova proposta de preço inferior àquela registrada no sistema como arrematante do certame, situação em que passará a condição de arrematante.
- b)** Não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do inciso I do *caput* do Art. 44, da LC 123/06, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese dos §§ 1º e 2º do Art. 44 da LC 123/06, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.
- c)** No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos §§ 1º e 2º do Art. 44 da LC 123/06, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- d)** Na hipótese da não contratação nos termos previstos no *caput* do Art. 44 da LC 123/06, o registro do 1º. Classificado na **Ata de Registro de Preço (ARP)**, será homologado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.
- e)** O disposto no Art. 44 da LC 123/06, somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.
- 4.4. Estarão impedidos de participar de qualquer fase do processo os interessados que se enquadrem em uma ou mais das situações a seguir:**
- 4.4.1.** Estejam constituídos sob a forma de **CONSÓRCIO**;
- 4.4.2.** Estejam cumprindo a penalidade de suspensão temporária de contratar com a Administração Pública da União, Estados, Municípios e respectivas entidades da Administração Indireta.
- 4.4.3.** Empresas declaradas inidôneas em qualquer esfera da Administração Pública;
- 4.4.4.** Estejam sob falência, Recuperação Judicial ou Extrajudicial, dissoluções ou liquidações;
- 4.4.5.** Tenham em seu quadro empregados menores de 18 (dezoito) anos efetuando trabalho noturno, perigoso ou insalubre ou ainda, empregados com idade inferior a 16 (dezesesseis) anos efetuando qualquer trabalho, salvo na condução de aprendiz a partir de 14 (quatorze) anos, conforme art. 7º inciso XXXIII da Constituição Federal.

4.4.6. Tenham funcionário ou membro da CASAN, mesmo subcontratados, como dirigentes.

5. DO CREDENCIAMENTO NO SISTEMA DE COMPRAS ELETRÔNICAS

5.1. Para acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar do Pregão deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal (intransferíveis), obtidas junto às Agências do Banco do Brasil S.A., sediadas no País. O processo de credenciamento será iniciado pelo fornecedor, através do endereço **www.licitacoes-e.com.br**. Posteriormente, deverá comparecer pessoalmente, a uma das agências por ele indicada, do Banco do Brasil S.A., sediado no País, para comprovação das informações e recebimento da senha.

5.1.1. Eventuais dúvidas para obtenção da senha deverão ser solicitadas pelo telefone 3003 0500 Capitais e Regiões Metropolitanas e 0800 7290500 – Demais Localidades.

5.2. O credenciamento junto ao provedor do sistema deverá acontecer no prazo de até 03 (três) dias úteis antes do limite para apresentação das propostas iniciais.

5.3. As pessoas jurídicas ou firmas individuais deverão credenciar representantes, mediante a apresentação de procuração por instrumento público ou particular, com firma reconhecida, atribuindo poderes para formular lances de preços e praticar todos os demais atos e operações no **“Licitações-e”**.

5.4. Em sendo sócio, proprietário, dirigente (ou assemelhado) da empresa proponente, deverá apresentar cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

5.5. É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo a CASAN ou ao Banco do Brasil S.A., a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

5.6. O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico.

6. DO ENVIO DA PROPOSTA ELETRÔNICA

6.1. Os licitantes deverão encaminhar proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço e, se for o caso, o respectivo anexo, até a data e hora marcadas para abertura da sessão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, quando, então, encerrar-se-á, automaticamente, a fase de recebimento de propostas.

6.2. Para cada Lote que desejar participar é obrigatório o licitante **preencher no sistema o campo “Valor Total do Lote”**, observadas as seguintes condições:

6.2.1. O preço cotado deverá conter no máximo 02 (duas) casas decimais.

6.2.2. O preço proposto para cada Lote deverá contemplar todos os encargos e despesas necessárias à entrega do objeto licitado.

6.2.3. No preço cotado deverá estar incluso todos os impostos, inclusive o ICMS no valor correspondente a **alíquota de 17%** (dezessete por cento).

6.3. Para o correto envio de sua proposta o licitante deverá informar no campo **“OBSERVAÇÕES ADICIONAIS”**, ou em arquivo anexo ao sistema, sob pena de desclassificação (para aquele que não fornecer o dado solicitado), as seguintes informações sobre o material ofertado:

Lotes 01 ao 06:

a) INDICAÇÃO DO FABRICANTE (OU MARCA) E MODELO, POR ÍTEM.

6.4. O licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório.

6.5. O encaminhamento de proposta pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências previstas no Edital. O fornecedor será responsável formalmente por todas as transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao órgão promotor da licitação responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

- 6.6. Até a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada.
- 6.7. O licitante poderá encaminhar no Sistema Eletrônico, caso julgue necessário, arquivo anexo através da opção DOCUMENTOS, em arquivos no formato zip-file (*.zip), quando do envio da proposta de preços. O nome do arquivo deverá iniciar com a palavra Anexo (ex.: Anexo1.zip). O licitante poderá encontrar informações sobre este procedimento no Portal www.licitacoes-e.com.br, Link Regras do Jogo, realizando o download da Cartilha do Fornecedor.
- 6.7.1. **Quando o arquivo a ser anexado exceder o limite de 500Kb, o licitante deverá fracionar em quantas partes forem necessárias, cada parte com no máximo 500Kb, e assim postar no site com o nome do anexo (ex.: Anexo1, Anexo2 , ...)**
- 6.8. A validade de proposta será de, no mínimo, **60 (sessenta) dias** contados a partir da **data de abertura das propostas**.

7. DA SESSÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO

- 7.1. A partir do horário previsto no edital, a sessão pública na internet será aberta por comando do(a) pregoeiro(a) com a utilização de sua chave de acesso e senha.
- 7.2. Os licitantes poderão participar da sessão pública na internet, devendo utilizar sua chave de acesso e senha.
- 7.3. O(a) pregoeiro(a) verificará as propostas apresentadas para cada Lote, desclassificando aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no edital.
- 7.4. A desclassificação de proposta será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
- 7.5. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o(a) pregoeiro(a) e os licitantes.
- 7.6. O sistema ordenará, automaticamente, as propostas classificadas pelo(a) pregoeiro(a) para cada Lote, sendo que somente estas participarão da fase de lance.
- 7.7. Classificadas as propostas, o(a) pregoeiro(a) dará início à fase competitiva, quando então os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico.
- 7.8. No que se refere aos lances, o licitante será imediatamente informado do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 7.9. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observados o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 7.10. O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 7.11. Não serão aceitos dois ou mais lances iguais, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.
- 7.12. Durante a sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do ofertante.
- 7.13. A etapa de lances da sessão pública será encerrada por decisão do(a) pregoeiro(a).
- 7.14. O sistema eletrônico encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá período de tempo de até trinta minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 7.15. Após o encerramento da etapa de lances de sessão pública, o(a) pregoeiro(a) poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado lance mais vantajoso para o Lote, para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas no Edital.
- 7.16. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 7.17. No caso de desconexão do(a) pregoeiro(a), no decorrer da etapa de lances, se o sistema eletrônico permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.
- 7.18. Quando a desconexão do(a) pregoeiro(a) persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do pregão na forma eletrônica será suspensa e reiniciada somente após comunicação aos participantes, através de "Chat" do Pregão disponibilizado pelo site Licitações-e.

7.19. Encerrada a etapa de lances, o(a) pregoeiro(a) examinará a proposta classificada em primeiro lugar para cada Lote quanto à compatibilidade do preço em relação ao estimado para contratação.

7.19.1. Para a correta aceitação de sua proposta o licitante, melhor classificado, deverá encaminhar após a fase de lances a proposta atualizada conforme modelo constante do **ANEXO I** e os documentos abaixo listados, via e-mail (pregao@casan.com.br), sob pena de desclassificação (para aquele que não fornecer o dado solicitado):

Lotes 01 ao 06:

a) **CATÁLOGO TÉCNICO DO PRODUTO OFERTADO;**

a) **MANUAL TÉCNICO DO PRODUTO QUE ESTÁ SENDO OFERTADO NO QUAL DEVE CONSTAR TODOS OS DADOS NECESSÁRIOS PARA AVALIÁ-LO (O MESMO QUE ACOMPANHA OS EQUIPAMENTOS NA CAIXA).**

7.19.2. As informações acima solicitadas serão submetidas à análise da **Equipe Técnica da CASAN**, que realizará o comparativo das especificações apresentada pela proponente com as especificações contidas no **ANEXO V (TERMO DE REFERÊNCIA)** deste Edital.

7.19.3. As especificações servirão de parâmetro quando da entrega do material.

7.20. A(s) empresa(s) vencedora(s) do Lote encaminhará(ão) imediatamente após o encerramento da disputa, via e-mail preferencialmente (pregao@casan.com.br) ou por fax (48) 3221 5209, cópia dos Documentos de Habilitação, conforme **ITEM 8** e da sua proposta de preço em conformidade com o **SUBITEM 7.21**.

7.21. A(s) empresa(s) vencedora(s) do Lote encaminhará(ão), no prazo de 03 (três) dias úteis os documentos conforme **ITEM 8** e **ANEXO I** (preenchido com os preços obtidos após a etapa de lances) em original ou cópia autenticada, sob pena de eliminação do certame. Os novos preços unitários devem ser calculados considerando-se o mesmo percentual de redução do valor do Lote após a fase de lances.

7.22. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório, responsabilizando-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

8. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

A comprovação de habilitação do(s) licitantes(s), assegurada a regra para as microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos da do art. 43 da Lei Complementar Nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e Decreto 6.204 de 05 de setembro de 2007, será realizada mediante a apresentação da documentação a seguir delineada.

Os documentos de habilitação deverão estar em nome da licitante, com o número do CNPJ e respectivo endereço referindo-se ao local da sede da empresa licitante. Não se aceitará, portanto, que alguns documentos se refiram à matriz e outros à filial. Exceto, aqueles documentos emitidos em nome da Matriz com abrangência para todas as filiais.

Para as Certidões em que não constar prazo de validade será considerado o prazo de 60 dias de vigência, contadas da data de sua emissão.

8.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA

8.1.1. As participantes, em se tratando de sociedades comerciais deverão apresentar o respectivo Contrato Social e todas as suas alterações subsequentes, devidamente registrados no órgão de registro do comércio no local de sua sede, ou, o respectivo instrumento de consolidação contratual em vigor com as posteriores alterações, se houver;

8.1.2. As participantes, em se tratando de sociedades civis, deverão apresentar os seus respectivos Atos constitutivos e todas as suas alterações subsequentes, em vigor, devidamente inscritos no Registro Civil (Cartório), acompanhados de prova da diretoria em exercício;

8.1.3. As participantes, em se tratando de sociedades por ações, deverão apresentar as publicações nos Diários Oficiais dos seus respectivos Estatutos Sociais em vigor acompanhados dos documentos de eleição de seus administradores;

8.2. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

8.2.1. Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) do Ministério da Fazenda;

- 8.2.2.** Certidão Negativa de Débitos relativos às Contribuições Previdenciárias e as de Terceiros;
- 8.2.3.** Prova de Regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, através da apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS - CRF.
- 8.2.4.** **Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), emitida pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST).**
- 8.2.5.** Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais e a Dívida Ativa da União.
- 8.2.6.** Certidão Negativa de Débitos Estaduais.
- 8.2.7.** Certidão Negativa de Débitos Municipais.
- 8.2.7.1.** No caso de Municípios que mantêm Cadastro Mobiliário e Imobiliário separados, deverão ser apresentados os comprovantes referentes a cada um dos cadastros.
- 8.2.8.** A Microempresa - ME e Empresa de Pequeno Porte - EPP deverá apresentar toda a documentação exigida para fins de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.
- 8.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO FINANCEIRA**
- 8.3.1.** Certidão Negativa de Falência ou Concordata ou Recuperação Judicial, expedida pelo Cartório de Distribuição da sede da licitante, no prazo de 60 (sessenta) dias anteriores a data de abertura das propostas.
- 8.4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**
- 8.4.1.** Para todos os Lotes as participantes deverão apresentar **Atestado(s) de Fornecimento** emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado comprovando já ter executado no mínimo **30% (Trinta por cento)** do quantitativo de cada item do Lote licitado, pertinente e compatível com as **Especificações Técnicas** descritas no **ANEXO V**. O atestado deverá ser emitido em papel timbrado da emitente, datado, assinado, contendo preferencialmente as seguintes informações:
- a) O cumprimento do prazo de realização do Serviço;
 - b) O quantitativo executado;
 - c) A especificação técnica do serviço;
- 8.5. DECLARAÇÕES**
- 8.5.1.** **DECLARAÇÃO de Inexistência de Fato Superveniente Impeditivo de habilitação, na forma do § 2º do artigo 32 da Lei 8.666/93 (ANEXO IV).**
- 8.5.2.** **DECLARAÇÃO de Idoneidade (ANEXO II).**
- 8.5.3.** **DECLARAÇÃO da Proponente de Cumprimento do Art. 7º Inciso XXXIII da Constituição Federal (ANEXO III).**
- 8.6.** A Microempresa - ME e Empresa de Pequeno Porte - EPP deverá apresentar Certidão expedida pela Junta Comercial comprovando a sua condição de Microempresa - ME ou Empresa de Pequeno Porte - EPP.
- 8.7.** Os documentos exigidos nos **SUBITENS 8.1 e 8.2.1** poderão ser substituídos mediante apresentação do Certificado de Registro Cadastral (CRC), atualizado, emitido pela CASAN.

9. CRITÉRIOS DE JULGAMENTO

- 9.1.** Para julgamento e classificação das propostas será adotado o critério de **MENOR PREÇO POR LOTE**, observados os prazos para Execução dos Serviços, as especificações técnicas e demais condições definidas neste Edital, os preços deverão ser expressos em moeda corrente do país (Real), com no máximo 2 (duas) casas decimais após a vírgula.
- 9.2.** **Encerrada a sessão de disputa, não serão aceitas propostas com preços superiores aos preços unitário e/ou global constantes do ANEXO I, sendo a empresa desclassificada.**
- 9.3.** No julgamento das propostas, a CASAN se reserva o direito de solicitar esclarecimentos considerados pertinentes.
- 9.4.** No julgamento da habilitação e das propostas, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

- 9.5. Não será considerada qualquer oferta de vantagem não prevista no Edital nem preços ou vantagem baseada nas ofertas das demais proponentes.
- 9.6. Não será admitida proposta que apresente preços simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, exceto quando comprovado conforme disposto no artigo 44, § 3º, da Lei nº 8.666/93.
- 9.7. As propostas serão conferidas pela CASAN para determinar erros aritméticos nas operações. Os erros serão corrigidos da seguinte forma:
- a) Quando houver discrepância entre os valores unitários e os totais, resultante de erro de multiplicação de quantidade por valores unitários, prevalecerão os preços unitários, sendo o valor total corrigido.
- 9.8. Será considerada vencedora da licitação a proponente que apresentar a proposta de acordo com as condições do Edital e ofertar Menor Preço por **Lote**, antes da equalização do ICMS, e após a realização de lances e classificação.
- 9.9. Nos termos dos arts. 44 e 45 da Lei Complementar 123/06, será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte. O critério de desempate corresponde àquelas situações em que as propostas ou os lances apresentados durante a disputa em sala virtual pelas **ME** ou **EPP** sejam iguais ou até **5%** (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada após a disputa em tempo randômico na sala virtual de disputa, respeitado o disposto no **SUBITEM 4.3.3** do edital.
- 9.10. Se a proposta para o Lote não for aceitável ou se o licitante não atender às exigências habilitatórias, o(a) pregoeiro(a) examinará a proposta subsequente e, assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital.
- 9.11. Quando constatado pelo Pregoeiro preços inexequíveis, será requisitado à licitante, no prazo de 05 (cinco) dias corridos, a apresentação de planilha e/ou documentos que comprove os custos dos insumos utilizados.
- 9.12. Constatado o atendimento às exigências fixadas no edital, o licitante será declarado vencedor do Lote.

10. IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

- 10.1. Não serão conhecidas as impugnações e os recursos apresentados fora do prazo legal.
- 10.2. O prazo de impugnação do Edital será de até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública. No citado prazo, qualquer pessoa poderá impugnar o ato convocatório do pregão.
- 10.3. Caberá ao(a) pregoeiro(a), auxiliado(a) pela equipe de apoio, decidir sobre a impugnação.
- 10.4. Acolhida a impugnação contra o ato convocatório, será definida e publicada nova data para realização do certame.

11. RECURSOS

- 11.1. O interesse do licitante em interpor recurso deverá ser manifestado por intermédio do sistema eletrônico, no lote pelo qual o proponente está participando, até 24 horas após a "Declaração do Vencedor". No prazo de até 03 (três) dias após a manifestação, o recurso deverá ser encaminhado pelo correio para o endereço indicado no **ITEM 15** deste Edital, com cópia digitalizada para o e-mail **pregao@casan.com.br**. Ficarão os demais licitantes, desde logo, intimados para apresentar contrarrazões na mesma forma citada acima em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.
- 11.2. O acolhimento de recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 11.3. No julgamento da habilitação e das propostas, o(a) pregoeiro(a) poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 11.4. Não será concedido prazo para recurso sobre assuntos meramente protelatórios ou quando não justificada a intenção de interpor o recurso pelo proponente.
- 11.5. Os recursos contra decisões do(a) Pregoeiro(a) não terão efeito suspensivo.

11.6. Os recursos deverão ser endereçados ao(a) Pregoeiro(a).

12. HOMOLOGAÇÃO

12.1. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a Diretoria Executiva da CASAN homologará o resultado do procedimento licitatório.

13. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS (ARP) E DAS CONDIÇÕES CONTRATUAIS

13.1. DA ASSINATURA DA ATA

13.1.1. Após a homologação da licitação será formalizada a **ARP** conforme modelo (**ANEXO VI**) deste Edital, documento vinculativo obrigacional, com características de compromisso para a futura contratação, com o fornecedor primeiro classificado, e registrando em Ata os demais classificados, obedecida à ordem de classificação e os quantitativos propostos, de forma que ao preço do primeiro colocado poderão ser registrados tantos fornecedores quantos necessários, para que quando não atingida à quantidade total estimada do lote assumir o quantitativo remanescente.

13.1.1.1. Na hipótese da 1ª colocada não atender a convocação para o fornecimento e não apresentar justificativa porque não o fez, a Administração convocará a segunda empresa classificada e, assim, sucessivamente, na ordem de classificação.

13.1.2. A **ARP** não obriga a CASAN a firmar contratação na quantidade estimada, podendo ocorrer licitações específicas para a aquisição do(s) objeto(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada preferência de fornecimento ao detentor do registro, em igualdade de condições.

13.1.3. O licitante vencedor será convocado para no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data do recebimento da convocação, a assinar a **ARP** a ser lavrada na CASAN.

13.1.4. O prazo para assinatura da **ARP** poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, desde que solicitado por escrito, durante seu transcurso, e ocorra motivo justificado e aceito pela CASAN.

13.1.5. Na assinatura da ata será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no Edital, as quais deverão ser mantidas pelo licitante durante sua vigência.

13.1.6. A **ARP** deverá ser assinada por representante(s) legal(is), credenciado(s), diretor(es) ou sócio(s) da(s) empresa(s), devidamente acompanhado(s) respectivamente, de procuração, contrato social e cédula de identificação.

13.1.7. Na hipótese do não atendimento à convocação para assinatura da **ARP** ou havendo recusa em fazê-lo, a empresa em questão será desclassificada, sem prejuízo das sanções previstas no **ITEM 14.5** deste ato convocatório, e fica facultado à CASAN proceder a reclassificação das propostas e convocar os licitantes remanescentes, desde que respeitada a ordem de classificação, para, depois de comprovados os requisitos habilitatórios e feita a negociação, assinar a **ARP**.

13.1.8. O PRAZO DE VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS É DE 365 (Trezentos e Sessenta e Cinco) DIAS.

13.1.9. O preço registrado e a indicação dos respectivos fornecedores serão divulgados em meio eletrônico no site www.casan.com.br, "licitações" durante a vigência da **ARP**.

13.1.10. A CASAN, através da **Gerência de Licitações - GLI** monitorará os preços dos produtos, de forma a avaliar o preço praticado no mercado. Em nenhuma hipótese, os preços registrados poderão ultrapassar os praticados no mercado.

13.1.10.1. Independentemente de solicitação, a CASAN poderá convocar o Fornecedor, durante a vigência da ATA, para negociar a redução dos preços registrados, em virtude de redução dos preços de mercado.

13.1.10.2. A critério da CASAN, o item poderá ter seu registro cancelado por ser considerado economicamente desequilibrado, em função de significativa variação de mercado.

13.1.11. Será considerado preço de mercado o que for igual ou inferior à média daqueles apurados pela CASAN para o objeto pesquisado.

13.1.12. A **ARP** deverá ser assinada por representante(s) legal(is), credenciado(s), diretor(es) ou sócio(s) da(s) empresa(s), devidamente acompanhado(s) respectivamente, de procuração, contrato social e cédula de identificação.

13.2. DAS CONDIÇÕES CONTRATUAIS

- 13.2.1.** A efetiva contratação formalizar-se-á, quando da necessidade da CASAN, mediante a assinatura de instrumento particular de contrato, ou instrumento substitutivo equivalente, sendo parte integrante do mesmo, como se transcritos estivessem, o presente Edital, os documentos, proposta e informações apresentadas pelo Licitante vencedor e que deram suporte ao julgamento da licitação.
- 13.2.2.** Quando da necessidade da CASAN e após a assinatura da ATA de REGISTRO de PREÇOS, a CASAN convocará o Detentor da ATA para assinar o Termo de Contrato, ou instrumento substitutivo equivalente, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data do recebimento da convocação, sob pena de decair o seu direito a contratação, sem prejuízo das sanções previstas no **ITEM 14.5** deste ato convocatório.
- 13.2.2.1.** No ato da assinatura do contrato, o representante legal da empresa adjudicatária deverá entregar a GLI/DICON, cópia atualizada do Contrato Social e procuração com poderes para firmar contrato, bem como, quando exigido, comprovante do recolhimento de garantia contratual equivalente a 5% do valor do contrato, nos termos da Cláusula de **GARANTIA** da Minuta do Contrato.
- 13.2.3.** A empresa convocada poderá pedir prorrogação do prazo, por igual período, para assinatura do contrato, desde que formulada no curso do prazo inicial e alegada justo motivo, condicionado o atendimento do requerido, à aceitação dos motivos pela CASAN.
- 13.2.4.** Havendo recusa injustificada por parte do Licitante vencedor, de assinatura do contrato, a CASAN cancelará a ATA vigente, sem prejuízo de outras sanções previstas na Lei nº 8.666/93 e neste Edital, e convocará os Licitantes remanescentes, obedecidas à ordem de classificação, para assinar nova ATA de Registro de Preços, desde que exista menção dos licitantes no interesse de registrar seu preço ao preço do primeiro colocado.

13.3. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS – ARP

- 13.3.1.** A ARP poderá ser cancelada de pleno direito, no todo ou em parte, nas situações previstas neste Edital, bem como em face de rescisão dos contratos decorrentes da ARP.
- 13.3.2.** A CASAN poderá rescindir a **ARP**, independente de interpelação judicial ou extrajudicial e de qualquer indenização, nos seguintes casos:
- a) Não cumprimento ou o cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações ou prazos, por parte da DETENTORA da ARP;
 - b) Decretação de falência ou a instauração de insolvência civil da DETENTORA DA ARP;
 - c) Razões de interesse público ou na ocorrência das hipóteses do art. 78 da Lei 8.666/93;
 - d) A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do Contrato ou instrumento equivalente.
 - e) Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado, não aceitando a DETENTORA da **ARP**, reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado.
 - f) Sempre que ficar constatado que a DETENTORA da **ARP** perdeu qualquer das condições de habilitação e qualificação exigidas na Licitação.
- 13.3.3.** A comunicação da exclusão da DETENTORA da **ARP** será feita por correspondência com aviso de recebimento ou por meio de publicação no Diário Oficial do Estado, juntando-se o comprovante dos autos que deram origem a **ARP**.
- 13.3.4.** No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da DETENTORA da **ARP** a comunicação da exclusão será feita por publicação no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina.

14. DO CONTRATO

14.1. DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

- 14.1.1.** O prazo de execução do contrato será de **30 (Trinta) dias corridos**, a partir da data de assinatura do contrato, ou instrumento substitutivo equivalente, emitido pela Divisão de Convênios e Contratos da CASAN, podendo ser prorrogado na ocorrência de um dos motivos legais previstos no art. 57 da Lei 8.666/93, na forma em vigor.
- 14.1.2.** Os materiais objeto da presente licitação, serão solicitados **CONFORME A NECESSIDADE DA CASAN** através de **Autorização de Fornecimento (AF)**, e deverão ser entregues na **Almoxarifado Central da CASAN, situado na BR 101, KM 203, Viaduto de Barreiros, na cidade de São José – SC, CEP 88111-000.**

14.1.3. O material deverá ser entregue em até **30 (Trinta) dias** após recebimento da **Autorização de Fornecimento (AF)** emitida pela CASAN, sendo que o quantitativo solicitado na mesma deverá ser entregue de forma integral.

14.1.3.1. Entregas parciais serão admitidas somente nas seguintes situações:

- Por solicitação da CASAN ou;
- Por solicitação do fornecedor, mediante autorização da CASAN.

Obs.1: Em todos os casos deverá ser respeitado o prazo de entrega estabelecido no Edital.

14.1.4. O transporte e o descarregamento no(s) local(is) determinado(s) pela CASAN – é integralmente de responsabilidade da contratada, devendo disponibilizar pessoal suficiente e com os EPI's compatíveis com o material/equipamento a ser descarregado, em conformidade com a legislação de segurança do trabalho vigente. Estas operações devem ser realizadas de maneira que preserve a integridade do material/equipamento, sendo que para o descarregamento de unidades que não possam ser descarregadas manualmente, como por exemplo, tubulações com diâmetros a partir de 200 mm, a contratada deverá obrigatoriamente dispor, no momento do descarregamento, de todos os equipamentos necessários à execução deste procedimento (guindastes, munck, empilhadeiras, etc...).

14.1.5. A CONTRATADA deverá entregar o material de acordo com as especificações estabelecidas nos **ANEXOS I e V**, constante da proposta comercial, obrigando-se a substituir aqueles que não estiverem em conformidade com as especificações da CASAN, dentro do prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data de notificação, sem nenhum ônus para a CONTRATANTE.

14.1.6. O material objeto deste Pregão será recebido:

- a) Provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade com as especificações deste Edital e seus Anexos;
- b) Definitivamente, em até 10 dias úteis após o recebimento provisório, mediante termo circunstanciado, emitido pela Divisão de Inspeção e Controle e Qualidade de Materiais (DICQM), após vistoria e verificação da qualidade que comprove a adequação do objeto aos termos do Edital, observado o disposto no art. 69 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

14.1.7. De comum acordo poderá a CASAN aceitar a designação de técnico(s) para acompanhar os testes realizados durante as etapas de fabricação, e/ou realizarem inspeção, quando possível e recomendável, nas próprias instalações do fabricante.

14.1.8. O Controle de Qualidade da CASAN tem um prazo de até 10 dias para inspecionar o material e/ou equipamento recebido. Ocorrendo rejeição, total ou parcial, dos mesmos, pelos critérios de aceitação ou rejeição previstos, a nota fiscal ficará retida até a regularização da desconformidade por parte do fornecedor.

14.1.9. Quando for constatada divergência, a contratada fica responsável em recolher todo o lote do material, correndo por sua conta as despesas de embalagens, transporte, seguros, frete, etc. Se a Contratada não retirar os materiais no prazo de 05 (cinco) dias, contados da data da notificação, a CASAN se reserva o direito de cobrar taxa de armazenagem de 0,5% (cinco décimos percentuais) por dia, até o máximo de 15% (quinze por cento) sobre o valor do contrato.

14.1.10. O recebimento provisório ou definitivo não exclui as responsabilidades civil e penal da CONTRATADA.

14.1.11. Para todos os Lotes o prazo de garantia para fins de substituição do produto, contra defeitos de fabricação do material deverá ser de **12 (doze) meses** após a sua entrega.

14.2. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

14.2.1. A empresa contratada deverá contar com Assistência Técnica especializada no Brasil pelo período de 05 (cinco) anos a partir da data da entrega dos equipamentos. A empresa deverá prestar o serviço de Assistência Técnica conforme é exigido no Edital, com empresas que possuam funcionários habilitados para prestar tais serviços.

14.2.2. Obedecer rigorosamente aos prazos e o local de entrega, bem como às especificações do produto, objeto deste Edital.

- 14.2.3. Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela CASAN e atender prontamente a eventuais solicitações/reclamações.
- 14.2.4. Dispor-se a toda e qualquer fiscalização da CASAN, no tocante ao fornecimento do produto, assim como ao cumprimento das obrigações previstas neste Edital.
- 14.2.5. Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza.
- 14.2.6. Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

14.3. **OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

- 14.3.1. Efetuar os pagamentos devidos à Contratada, nas condições estabelecidas no Edital.

14.4. **DO PAGAMENTO**

- 14.4.1. O prazo de pagamento é de **30 (trinta) dias** após o aceite das Notas Fiscais. Caso forem detectados problemas quanto à qualidade dos materiais e/ou equipamentos entregues, verificados pelo Controle de Qualidade, o prazo de pagamento iniciará sua contagem após a regularização, ou seja, a entrega dos materiais e/ou equipamentos substituídos.
- 14.4.2. A CASAN não efetuará o pagamento de títulos descontados ou através de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros através de operação de “factoring”.
- 14.4.3. Os pagamentos devidos pela CASAN serão liquidados através de crédito em conta corrente do favorecido, na Caixa Econômica Federal – CEF.
- 14.4.3.1. Nos Municípios onde não estiverem instaladas Agências da CEF, os pagamentos devidos poderão ser realizados através do Banco do Brasil – BB, ou, na falta deste, em qualquer Instituição Privada.
- 14.4.4. No ato do pagamento, se houver sido imposta qualquer multa o valor correspondente será deduzido da quantia devida.
- 14.4.5. Será exigida do Licitante vencedor, quando da apresentação das faturas, a apresentação da Certidão de Quitação com a Fazenda Estadual de Santa Catarina e, também, a Certidão de Quitação com a Fazenda Estadual do Estado sede da empresa que não possuir estabelecimento em Santa Catarina, conforme Decreto Estadual nº 3.650 de 27 de maio de 1993, com as alterações, do Decreto Estadual nº 3.884 de 26 de agosto de 1993, em seu original ou em cópia autenticada por cartório. Os documentos apresentados em cópia não autenticada poderão ser autenticados por funcionário da CASAN, mediante apresentação dos originais.
- 14.4.5.1. A não apresentação dos documentos exigidos no **SUBITEM 14.4.5**, implicará automaticamente, na suspensão do pagamento das faturas.
- 14.4.5.2. Será dispensada a apresentação de nova Certidão Negativa quando ocorrer outro pagamento dentro do prazo de validade da Certidão Negativa anteriormente apresentada.
- 14.4.6. A CASAN pagará por eventuais atrasos de pagamento, encargos financeiros, conforme o disposto no artigo 117, caput, da Constituição Estadual/SC.

14.5. **SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

- 14.5.1. A empresa que, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, deixar de entregar documentação exigida no edital, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito à ampla defesa, ficará impedido de licitar e de contratar com a Administração Pública, e ainda será descredenciada do sistema de cadastramento da CASAN, pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.
- 14.5.2. Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, que prevê defesa prévia do interessado e recurso nos prazos definidos em lei, sendo-lhes franqueada vista ao processo.
- 14.5.3. Conforme o caso poderão ser aplicadas as seguintes Sanções, sem prejuízo da reparação dos danos causados:
 - a) Advertência e anotação restritiva no Cadastro de Fornecedores;

- b) Multa de 0,2% (dois décimos percentuais) por dia de atraso no cumprimento da execução do contrato, até o limite de 10% (dez por cento) do valor da nota fiscal e de reajuste, se houver.
- c) Suspensão temporária do direito de licitar e de contratar com a CASAN pelo prazo de até 05 (cinco) anos, até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade.
- d) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública.

14.5.4. A aplicação das penalidades ocorrerá depois de defesa prévia do interessado, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato.

14.5.5. A verificação posterior de que, nos termos da lei, o declarante não se enquadra como microempresa ou empresa de pequeno porte, caracterizará crime de fraude à licitação, conforme previsto no art. 90 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e implicará na aplicação de sanções e penalidades estabelecidas na referida Lei e suas alterações posteriores, garantido o direito ao contraditório e defesa.

14.5.6. Não será aplicada multa se, comprovadamente, o atraso da conclusão dos Serviços, advir de caso fortuito ou motivo de força maior, ambos aceitos pela CASAN.

14.5.7. Da sanção aplicada caberá recurso, no prazo de 5 (cinco) dias úteis da notificação, à autoridade superior àquela que aplicou a sanção, ficando sobrestada até o julgamento do pleito, nos termos do artigo 109, da Lei 8.666/93.

15. FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS

15.1. Observando o prazo de até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer interessado poderá formular consultas por e-mail, informando o número e objeto da licitação.

15.1.1. Contato: Gerência de Licitações

Pregoeira: Sabrina de Abreu

Endereço: Rua Emílio Blum nº 83 - 1º Andar - Centro - Florianópolis, CEP 88020.010

E-mail: pregao@casan.com.br

Telefone: (48) 3221-5208

Fax: (48) 3221-5209

16. DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1. Antes da elaboração das propostas, os interessados deverão analisar todos os elementos que compõem o presente Edital. No caso de eventuais dúvidas poderão requerer, por e-mail (pregao@casan.com.br) à CASAN, os esclarecimentos necessários em até 02 (dois) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, os quais serão decididos pelo Pregoeiro(a) no prazo de 24 horas, publicados através do site www.casan.com.br e www.licitacoes-e.com.br.

16.2. A CASAN reserva-se ao direito de modificar, anular ou revogar a licitação, no todo ou em parte, resguardada os limites do artigo 49, caput, da Lei 8.666/93 e seus parágrafos, bem como por razões de interesse público, derivadas de fato superveniente comprovado ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação, mediante ato escrito e fundamentado disponibilizado no sistema para conhecimento dos participantes da licitação. A CASAN poderá, ainda, prorrogar, a qualquer tempo, os prazos para recebimento das propostas ou para sua abertura.

16.3. É facultado ao(a) Pregoeiro(a), ou à autoridade a ele(a) superior, em qualquer fase da licitação, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

16.4. As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os proponentes, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

16.5. As decisões referentes a este processo licitatório serão comunicadas aos proponentes por qualquer meio de comunicação que comprove o recebimento ou, ainda, mediante publicação no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina, respeitado o disposto no §1 do Art. 109 da lei 8.666/93.

16.6. Os casos não previstos neste Edital serão decididos pelo(a) Pregoeiro(a) a luz da legislação pertinente.

16.7. A participação do proponente nesta licitação implica em aceitação de todos os termos deste Edital.



COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO
GERÊNCIA DE LICITAÇÕES
DIVISÃO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

www.licitacoes-e.com.br



16.8. Fazem parte integrante deste Edital os seguintes anexos:

ANEXO I	PLANILHA DE PREÇO (MODELO DE PROPOSTA DETALHADA)
ANEXO II	MODELO DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE
ANEXO III	MODELO DE DECLARAÇÃO DO PROPONENTE DE CUMPRIMENTO AO ART. 7º, INCISO XXXIII DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL
ANEXO IV	MODELO DE DECLARAÇÃO DE FATO SUPERVENIENTE
ANEXO V	TERMO DE REFERÊNCIA (Especificações Técnicas)
ANEXO VI	MINUTA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
ANEXO VII	MINUTA CONTRATUAL

16.9. O foro designado para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes deste Edital será o local da realização do certame, considerado aquele a que está vinculado o(a) Pregoeiro(a).

Florianópolis, 02 de abril de 2015.

Arnaldo Venício de Souza
DIRETOR ADMINISTRATIVO

Sabrina de Abreu
PREGOEIRA

ANEXO I

PLANILHA DE PREÇO
MODELO DE PROPOSTA DETALHADA

PREGÃO ELETRÔNICO n.º 056/2015

LOTE 1										
ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	MARCA	UND	QTD MÁXIMA*	PREÇO UNIT S/ IPI e ST (R\$)	IPI (%)	SUBST TRIBUTARIA (%)	PREÇO UNIT C/ IPI e ST (R\$)	PREÇO TOTAL (R\$)
1	50385	TURBIDIMETRO MICROPROCESSADO 0-1000 NTU TURBIDIMETRO PORTATIL MICROPROCESSADO, LEITURA DIGITAL DETURBIDEZ COM GRANDE SENSIBILIDADE E PRECISAO, PARA ANALISES NA FAIXA ENTRE 0 A 1000 uT, E RESOLUCAO DE 0.01 uT. CALIBRACAO PERIODICA COM PADROES SECUNDARIOS GELEX (PARTICULAS DE OXIDO DE METAL SUSPENSO EM GEL). DEVE OPERAR COM PILHAS E ENERGIA ELETRICA, 220 VOLTS, ATRAVES DE ELIMINADOR DE PILHAS. DEVE CONTER TODOS OS DISPOSITIVOS E ACESSORIOS NECESSARIOS PARA A OPERACIONALIZACAO DO EQUIPAMENTO, INCLUSIVE OS PADROES ESTABILIZADOS, BEM COMO O MANUAL DE OPERACAO/INSTRUCAO E MALETA APROPRIADA PARA O TRANSPORTE E ARMAZENAMENTO.		EQ	200				R\$ 5.798,33	R\$ 1.159.666,00
									TOTAL	R\$ 1.159.666,00

* Quantitativo máximo do produto que poderá ser solicitado pela CASAN durante o prazo de vigência da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

LOTE 2										
ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	MARCA	UND	QTD MÁXIMA*	PREÇO UNIT S/ IPI e ST (R\$)	IPI (%)	SUBST TRIBUTARIA (%)	PREÇO UNIT C/ IPI e ST (R\$)	PREÇO TOTAL (R\$)
1	41662	FLUORIMETRO MICROPROCESSADO DIGITAL		PC	150				R\$ 2.952,67	R\$ 442.900,50
									TOTAL	R\$ 442.900,50

* Quantitativo máximo do produto que poderá ser solicitado pela CASAN durante o prazo de vigência da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

LOTE 3										
ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	MARCA	UND	QTD MÁXIMA*	PREÇO UNIT S/ IPI e ST (R\$)	IPI (%)	SUBST TRIBUTARIA (%)	PREÇO UNIT C/ IPI e ST (R\$)	PREÇO TOTAL (R\$)
1	97050	PHMETRO PORTATIL LABORATORIO FAIXA 0,0 A 14,0		AP	220				R\$ 2.848,00	R\$ 626.560,00
									TOTAL	R\$ 626.560,00

* Quantitativo máximo do produto que poderá ser solicitado pela CASAN durante o prazo de vigência da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.



COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO
GERÊNCIA DE LICITAÇÕES
DIVISÃO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

www.licitacoes-e.com.br



LOTE 4										
ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	MARCA	UND	QTD MÁXIMA*	PREÇO UNIT S/ IPI e ST (R\$)	IPI (%)	SUBST TRIBUTARIA (%)	PREÇO UNIT C/ IPI e ST (R\$)	PREÇO TOTAL (R\$)
1	9636	COLORIMETRO CONFORME ESPECIFICACAO – ANEXO V PARA ANÁLISE DE CLORO RESIDUAL POR DPD		PC	200				R\$ 2.902,67	R\$ 580.534,00
* Quantitativo máximo do produto que poderá ser solicitado pela CASAN durante o prazo de vigência da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.									TOTAL	R\$ 580.534,00

LOTE 5										
ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	MARCA	UND	QTD MÁXIMA*	PREÇO UNIT S/ IPI e ST (R\$)	IPI (%)	SUBST TRIBUTARIA (%)	PREÇO UNIT C/ IPI e ST (R\$)	PREÇO TOTAL (R\$)
1	36786	COLORIMETRO 0A500 PCU RESOLUCAO 0,1MG/L PARA ANÁLISE DE COR EM ÁGUA PELA METODOLOGIA TRISTIMULUS		PC	250				R\$ 5.308,00	R\$ 1.327.000,00
* Quantitativo máximo do produto que poderá ser solicitado pela CASAN durante o prazo de vigência da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.									TOTAL	R\$ 1.327.000,00

LOTE 6										
ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	MARCA	UND	QTD MÁXIMA*	PREÇO UNIT S/ IPI e ST (R\$)	IPI (%)	SUBST TRIBUTARIA (%)	PREÇO UNIT C/ IPI e ST (R\$)	PREÇO TOTAL (R\$)
1	41638	JAR TEST COM 06 CUBAS APARELHO DE JAR TEST MICROPROCESSADO 6 PROVAS. CONFORME ESPECIFICACAO TECNICA – ANEXO V		AP	60				R\$ 5.513,33	R\$ 330.799,80
* Quantitativo máximo do produto que poderá ser solicitado pela CASAN durante o prazo de vigência da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.									TOTAL	R\$ 330.799,80

Valor Total: R\$ 4.467.460,30

A.....(Razão Social da empresa)....., CNPJ nº,com endereço à....., **DECLARA**, para os fins e feitos de direito, que se submete aos termos do edital desta licitação, informando que a proposta apresentada obedeceu e considerou todos os elementos mencionados no Edital **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 056/2015 SRP**, promovido pela Companhia Catarinense de Águas e Saneamento.

Local e data: _____, ____ de _____ de 20__.

ASSINATURA DA PROPONENTE
Carimbo



ANEXO II

(Papel timbrado ou carimbo da empresa)

MODELO DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE

A.....(Razão Social da empresa)....., CNPJ nº, Localizada à.....,
DECLARA, para fins de participação na licitação **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 056/2015 SRP**, promovida pela Companhia Catarinense de Águas e Saneamento - CASAN, e sob as penas da lei, que não foi declarada inidônea para licitar com a Administração Pública, bem como se obriga a declarar a superveniência de fato impeditivo da habilitação, em conformidade com o art. 32, parágrafo 2º, da Lei nº 8.666/93.

Local e data,

(Assinatura e identificação do responsável pela empresa)



ANEXO III

(Papel timbrado ou carimbo da empresa)

MODELO DE DECLARAÇÃO DO PROPONENTE DE CUMPRIMENTO AO ART. 7º, INCISO XXXIII DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

À
COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO – CASAN
Rua Emilio Blum, nº 83, Centro
Florianópolis/SC

REF: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 056/2015 SRP

_____, inscrito no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e CPF nº _____, **DECLARA**, para fins do disposto no inciso V do Art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de Junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

Local, _____ de _____ de 20____.

(representante legal)

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)



ANEXO IV

(Papel timbrado ou carimbo da empresa)

MODELO DE DECLARAÇÃO DE FATO SUPERVENIENTE

A.....(Razão Social da empresa)....., CNPJ nº, sediada,
DECLARA, para fins de participação na licitação **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 056/2015 SRP**, promovida pela Companhia Catarinense de Águas e Saneamento - CASAN, e sob as penas da lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Local e data,

(Assinatura e identificação do responsável pela empresa)

ANEXO V

TERMO DE REFERÊNCIA

AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE LABORATÓRIO PARA AS ESTAÇÕES DE TRATAMENTO DE ÁGUA.

1 – Descrição dos Serviços

Aquisição de equipamentos de laboratório para análises físico-químicas exigidas pela Portaria Nº 2914/2011 do Ministério da Saúde: cor, turbidez, pH, flúor e cloro residual para as Estações de Tratamento de Água da CASAN.

2 – Descrição e especificação dos equipamentos de laboratório para as ETAS.

2.1 – Turbidímetro Digital Portátil (de Campo)

Turbidímetro microprocessado portátil (de campo), que realiza leituras de turbidez segundo princípio nefelométrico, que utilize como fonte de luz uma lâmpada de tungstênio, em conformidade com a norma EPA 180.1 **ou** utilize como fonte de luz um sistema de LED IR (infra-vermelho), em conformidade com a norma ISO 7027.

O equipamento deve possuir as seguintes características:

- ✓ Método de medição: nefelométrico;
- ✓ Faixa de medição: 0 a 1000 NTU;
- ✓ Faixas de leitura: possuir no mínimo três (03) faixas de leitura (0,00 a 9,99; 10,0 a 99,9 e de 100 a 1000 NTU);
- ✓ Seleção automática de gama;
- ✓ Resolução: 0,01 NTU na menor faixa;
- ✓ Proteção: a prova d'água, grau de proteção IP-67;
- ✓ Precisão Fotométrica: $\pm 2\%$ para leitura de 0 a 500 NTU,
 $\pm 3\%$ para leitura de 501 a 1000 NTU;
- ✓ Repetibilidade: $\pm 1\%$ da leitura ou 0.01 NTU;
- ✓ Tempo de resposta: no máximo de 10 segundos para todas as faixas;
- ✓ Calibração: Automática;
- ✓ Padrão de calibração: Formazina estabilizada em no mínimo 3 concentrações, com validade de no mínimo um (01) ano, acompanhadas de certificado de calibração;
- ✓ Display: cristal líquido;
- ✓ Desligamento: automático;
- ✓ Cubetas: em vidro borossilicato com tampas e capacidade aproximada de 15 ml. As cubetas devem ser pareadas com o equipamento.

O equipamento deve vir acompanhado de todos os acessórios imprescindíveis ao funcionamento para as análises de turbidez, incluindo os padrões de calibração, cubetas e materiais para limpeza. Deve conter no mínimo duas cubetas de reserva. Também deve acompanhar manual de operação em idioma português. O aparelho e acessórios devem vir acondicionados em embalagem própria para guarda e transporte

O equipamento deve armazenar no mínimo trezentos e sessenta (360) dados com a identificação do analista, da amostra, data e hora, em cada resultado, além de permitir a transferência de dados via USB para um computador sem a necessidade de software para tratamento dos dados.

O equipamento deve ser fornecido também para funcionamento elétrico em 220V, incluindo adaptadores caso seja necessário.

2.2 – Analisador de Flúor Portátil

Fotocolorímetro microprocessado digital portátil (de campo), que realiza leituras de íon fluoreto em água, segundo princípio colorimétrico com utilização de reagente SPADNS.

O equipamento deve possuir as seguintes características:

- ✓ Método de medição: colorimétrico com utilização de reagente SPADNS;
- ✓ Faixa de medição: 0,00 a 2,00 mg/l ou acima;
- ✓ Resolução: 0,01mg/l;
- ✓ Proteção: a prova d'água IP-67;
- ✓ Comprimento de onda: de 550 a 580 nm;
- ✓ Precisão Fotométrica: $\pm 0,0015$ abs;
- ✓ Faixa de absorbância: 0 a 2,5 abs;

- ✓ Lâmpada: lâmpada de diodo emissor de luz (Led);
- ✓ Detector: detector de fotodiodo de silício;
- ✓ Tempo de resposta: máximo de 10 segundos;
- ✓ Padrão de calibração: Padrão de Flúor de 1 mg/L com validade de no mínimo um (01) ano, acompanhado de certificado de calibração
- ✓ Display: cristal líquido;
- ✓ Desligamento automático;
- ✓ Cubetas: em vidro borossilicato com tampa e capacidade aproximada para 15 ml, pareadas com o equipamento.

O equipamento deve vir acompanhado de todos os acessórios imprescindíveis ao funcionamento para as análises de íon fluoreto, incluindo reagente SPADNS para cinquenta (50) análises, padrão de calibração, cubetas, baterias e materiais para limpeza. Deve conter no mínimo duas cubetas de reserva. Também deve acompanhar manual de operação em idioma português. O aparelho e acessórios devem vir acondicionados em embalagem própria para guarda e transporte.

O equipamento deve possuir curva de calibração interna pelo método SPADNS com possibilidade do usuário refazer a curva. Deve possuir memória para armazenamento de no mínimo as 10 últimas medições e visualizá-las no display; além de indicação de pilha fraca no display avisando o momento da troca e apresentar mensagens no display caso haja problemas com a medição (mensagens de erros).

O equipamento deverá ser fornecido para funcionamento com pilhas ou bateria.

2.3- Medidor de pH de bancada

Medidor de pH de bancada, leitura digital, que realiza leituras de pH em água, segundo o princípio potenciométrico com utilização de eletrodo combinado e resistente à possíveis choques mecânicos.

O equipamento deve possuir as seguintes características:

- ✓ Método: potenciométrico com utilização de eletrodo combinado;
- ✓ Correção automática de temperatura;
- ✓ Indicador de estabilidade de leitura;
- ✓ Faixa de medição: pH 0,0 a 14,00;
- ✓ Resolução do pH: 0,01;
- ✓ Padrão de calibração: Pelo menos 3 soluções padrões calibradas em laboratórios pertencentes a "RBC" (necessário certificado de calibração com selo do Inmetro), uma em cada faixa de pH (ácido, neutro e básico); com validade de no mínimo um (01) ano;
- ✓ Display: cristal líquido;
- ✓ Desligamento automático;

O equipamento deverá vir acompanhado de todos os acessórios imprescindíveis ao funcionamento para as análises de pH, incluindo os padrões de calibração, suporte para eletrodo e eletrodo combinado. Deve conter no mínimo um (01) eletrodo reserva. Também deverá acompanhar manual de operação em idioma português.

O equipamento deve possuir no mínimo três pontos de calibração.

O equipamento deve ser fornecido para funcionamento elétrico em 220V, incluindo adaptadores caso seja necessário.

2.4 - (DPD): Aparelho portátil de Cloro livre e Total pelo método DPD

Faixa de leitura : 0 a 12ppm para Cloro livre como para Cloro Total.

Devem vir acompanhados de :

- Maleta de Transporte em PP.
- 3 Cubetas pareadas em borossilicato.
- Reagente DPD para 50 amostras
- Solução Tampão para 50 amostras
- Manual de Instruções
- Reagente para Análises de Cloro Total (50 amostras)
- Eliminador de Bateria

Especificações Técnicas

Aplicação Medição de Cloro Livre ou Total em Água

Princípio Colorimétrico - DPD

escalas 0 A 2,5 / 0 A 5,0 / 0 A 11 mg/l (*)

Resolução 0,01 mg/l

Precisão Relativa 0,01% (fe)

Fonte de Luz LED

Comprimento de Onda 510 nm

Cubeta (Ø / A) 25 x 60 mm

Amostra Mínima 10 ml

Calibração Automática, Manual e Default.
Registro das Leituras Até 99 Memórias
Saída RS 232 para Impressora ou PC.
Indicador Display Alpha - Numérico de 2 linhas x 16 caracteres
Alimentação Bateria de 9 VCC / Eliminador de Bateria (Opcional)
Grau de Proteção do Gabinete IP-67
Deve permitir o uso do reagente DPD em pastilhas de outra marca.

2.5 - Aparelho de análise de cor aparente

Equipamentos para Análise de Cor Digital, destinado a medição Cor em Água bruta e tratada. – Metodologia Tristimulus.

Deve vir acompanhado de:

- Maleta de Transporte em PP
- 3 Cubetas pareadas.
- 4 padrões de diferentes faixas.
- Manual de Instruções em português
- Eliminador de Baterias
- Certificado de Calibração

Especificações Técnicas

Princípio Colorimétrico com filtro tristimulus - CIE - XYZ)

Faixa de Medição 0 a 500 PtCo (UC)

Resolução 0,1 / 1 PtCo

Precisão $\pm 3\%$ + 1 Pt-Co

Fonte de Luz Branca

Cubeta (\varnothing A A) 25 x 60 mm

Amostra mínima 10 mL

Calibração Automática, Manual e Default

Registro das Leituras Até 99 Memórias

Alimentação Bateria de 9 VCC e/ou Eliminador de Bateria 220 VCA

Grau de Proteção do Gabinete IP-67

2.6 Equipamento de Jar test 6 provas

Jar Test, com 6 provas com corpo e base em chapa de aço revestida com epóxi eletrostático; Deverá ter 1 botão liga/desliga para a iluminação e outro para a partida no motor que promove agitação. Um terceiro comando, independente, deve fazer o controle da velocidade das pás.

Sistema de iluminação fluorescente ou LED na parte inferior do aparelho, proporcionando maior visualização das amostras, com interruptor;

Transmissão de agitação mecânica com pás. A transmissão deve ser feita com correia, sendo que uma correia sobressalente deve ser enviada com cada equipamento.

Hastes e pás em aço inoxidável com guia de fixação;

Hastes reguláveis para a altura desejada;

Jogo com 6 cubas, quadradas, em acrílico, com capacidade de 2 litros (com uma linha marcando esse ponto) e de fácil remoção das cubas; Orifício situado a 7 cm da marcação de 2 litros, com graduação de 1 em 1 cm entre esses dois pontos.

Moto com redução "cc" para acionamento das polias;

Controle de velocidade que permite manter a velocidade programada entre 15 à 300 rpm;

Voltagem 220V;

Cabo de força com dupla isolamento e plug com três pinos, duas fases e um terra NBR 13249;

Manual de instrução em português.

Juntamente com os equipamentos, no primeiro envio deve também ser fornecido 02 jar test de 3 provas. portáteis, com cubas de 1 litro e maleta para transporte, para análises em campo, sem nenhum custo adicional para o comprador.

3 – Quantidade de equipamentos de laboratório para as ETAS da CASAN

EQUIPAMENTOS PARA ETAS - ATENDIMENTO PORTARIA 2914/2011						
Superintendência	Item 2.1 Turbidez	Item 2.2 Fluor	Item 2.3 pH	Item 2.4 Cloro	Item 2.5 Cor	Item 2.6 Jar test
TOTAL	200	150	220	200	250	60



COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO
GERÊNCIA DE LICITAÇÕES
DIVISÃO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

www.licitacoes-e.com.br



4 – Termo de Garantia dos Equipamentos

Cada equipamento deve vir, de fábrica, calibrado em laboratório integrante da RBC (Rede Brasileira de Calibração) ou, caso importado, ao órgão parceiro do INMETRO (Ex.: NIST, DIN, etc).

5 – Da Assistência Técnica

Pelo período de até 05 (cinco) anos após a aquisição dos equipamentos, o fornecedor deverá se comprometer a efetuar eventuais calibrações e ajustes que se fizerem necessárias nos equipamentos, tendo como prazo máximo de 15 (quinze) dias para atender a solicitação da CASAN. Sendo obrigação da contratada o envio de técnico habilitado para realizar tal serviço e/ou as despesas com retirada, transporte e retorno do equipamento em questão.

A empresa contratada deverá contar com Assistência Técnica especializada no Brasil pelo período de 05 (cinco) anos a partir da data da entrega dos equipamentos. A empresa deverá prestar o serviços de Assistência Técnica conforme é exigido no Edital, com empresas que possuam funcionários habilitados para prestar tais serviços.

O fornecedor deve dar garantia de manutenção e peças de reposição durante cinco (05) anos, contados a partir do recebimento do equipamento ou pedido de peças.



ANEXO VI

MINUTA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº /

Instrumento particular de Registro de Preço que celebram a **COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO - CASAN** e a empresa , oriundo do **PREGÃO ELETRÔNICO nº 56/2015**, cujo objeto é o fornecimento eventual de Equipamentos de Laboratório para as Estações de Tratamento de Água da CASAN, sendo Lote 1 - Turbidímetro Digital Portátil (de campo); Lote 2 - Analisador de Flúor Portátil; Lote 3 - Medidor de PH de Bancada; Lote 4 - Aparelho Portátil de Cloro Livre e Total pelo Método DPD; Lote 5 - Aparelho de Análise de Cor Aparente e Lote 6 - Equipamento de Jar Test 6 provas.

CLÁUSULA PRIMEIRA - PREÂMBULO

1.1 - CONTRAENTES

Celebram a presente Ata de Registro de Preço a **COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO - CASAN**, sociedade de economia mista estadual, registrada na Junta Comercial do Estado de Santa Catarina sob o nº 1.502, inscrita no CNPJ do MF sob nº 82.508.433/0001-17, com sede na rua Emílio Blum, nº 83, bairro Centro, na cidade de Florianópolis/SC doravante simplesmente denominada "**CASAN**" e a empresa primeira classificada, inscrita no CNPJ do MF sob nº , situada na , nº , bairro , na cidade de doravante simplesmente denominada "**DETENTORA**".

1.2 - REPRESENTANTES

Representam a **CASAN**, conforme poderes outorgados em seu estatuto, os seus Diretores, adiante assinados e a **DETENTORA**, por seu representante, adiante assinado, conforme poderes constantes do Instrumento Procuratório arquivado na Divisão de Convênios e Contratos da **CASAN**.

1.3 - FUNDAMENTO

A celebração desta Ata de Registro de Preço decorre da Homologação nº / , datada de / / , da Diretoria da **CASAN**, que aprovou o julgamento do **PREGÃO ELETRÔNICO nº 56/2015**.

1.4 - LOCAL E DATA

Lavrado na sede da **CASAN**, na cidade de Florianópolis, SC, aos / / .

1.5 - REGIME LEGAL

As contraentes expressam sujeição às cláusulas estabelecidas nesta Ata, às disposições constantes da Lei Federal nº 10.520 de 17 de Julho de 2002, Lei Estadual nº 12.337 de 5 de julho de 2002, Regulamento aprovado através da Resolução nº 27 de 17 de novembro de 2006, Resolução nº 01 de 20 de fevereiro de 2013 que adota no que couber o decreto federal nº 7892 de 23 de janeiro de 2013, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, e alterações posteriores, a tudo quanto não contrarie as disposições da presente Ata.

CLÁUSULA SEGUNDA - OBJETO

2.1 - DISCRIMINAÇÃO

O objeto da presente Ata é o Registro de Preços para o fornecimento eventual de Equipamentos de Laboratório para as Estações de Tratamento de Água da CASAN, sendo Lote 1 - Turbidímetro Digital Portátil (de campo); Lote 2 - Analisador de Flúor Portátil; Lote 3 - Medidor de PH de Bancada; Lote 4 - Aparelho Portátil de Cloro Livre e Total pelo Método DPD; Lote 5 - Aparelho de Análise de Cor Aparente e Lote 6 - Equipamento de Jar Test 6 provas, relacionado e especificado no Anexo I e V do Edital do **PREGÃO ELETRÔNICO nº 56/2015**, e nas condições apresentadas pela **DETENTORA** na proposta consignada nº, datada de / / , os quais são partes integrantes deste Termo, independentemente de transcrição.

2.2 - LOCAL DE ENTREGA

Os materiais, objeto da presente Ata de Registro de Preço, serão solicitados conforme necessidade da **CASAN**, através de Autorização de Fornecimento e/ou Instrumento Contratual, e deverão ser entregues no Almoxarifado Central da **CASAN**, situado na BR 101, km 203, Viaduto de Barreiros, na cidade de São José/SC, CEP 88111-000.

2.3 - CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO

O Transporte e o descarregamento no local determinado pela **CASAN** é de integralmente responsabilidade da **DETENTORA**, devendo disponibilizar pessoal suficiente e com os EPI's compatíveis com material/equipamento a ser descarregado, em conformidade com a legislação de segurança do trabalho vigente.

Estas operações devem ser realizadas de maneira que preserve a integridade física do material/equipamento; sendo que para o descarregamento de unidades que não possam ser descarregadas manualmente, a **DETENTORA** deverá obrigatoriamente dispor, no momento do descarregamento, de todos os equipamentos necessários à execução deste procedimento (guindaste, munc, empilhadeira, etc.).

2.3.1 - ENTREGAS PARCIAIS

Entregas parciais serão admitidas, respeitado o prazo de entrega estabelecido, somente nas seguintes situações:

- Por solicitação da **CASAN**.
- Por solicitação de fornecedor, mediante autorização da **CASAN**.

2.4 - OBRIGAÇÕES

A **DETENTORA** manterá durante toda execução da Ata de Registro de Preço, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

2.4.1 - A DETENTORA dá a **CASAN** total garantia de qualidade e funcionamento dos materiais e/ou equipamentos fornecidos, contra defeito de fabricação. O prazo de garantia para fins de substituição do produto, contra defeito de fabricação do material, deverá ser de **12 (doze)** meses do material em uso.

2.4.2 - A DETENTORA deverá contar com Assistência Técnica especializada no Brasil pelo período de 05 (cinco) anos a partir da data de entrega dos equipamentos e deve dar garantia de manutenção e peças de reposição durante 5 (cinco) anos, contados a partir do recebimento do equipamento ou pedido de peças. A **DETENTORA** deverá prestar o serviço de Assistência Técnica conforme é exigido no Edital, com empresas que possuam funcionários habilitados para prestar tais serviços.

2.5 - PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇO

O prazo de validade deste Registro de Preços será de **1 (um)** ano, contado a partir da data de assinatura da presente Ata.

2.6 - PRAZO DE ENTREGA DOS MATERIAIS

Conforme necessidade da **CASAN**, a **DETENTORA** deverá entregar os materiais em até **30 (trinta)** dias corridos, contados a partir da data de recebimento da Autorização de Fornecimento - AF, sendo que o quantitativo solicitado na mesma deverá ser entregue de forma integral.

2.7 - GESTOR DOS CONTRATOS E/OU AUTORIZAÇÕES DE FORNECIMENTO ORIUNDOS DESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

O gestor dos Contratos e/ou Autorizações de Fornecimento oriundos desta Ata de Registro de Preço é....., lotado nada **CASAN**, e-mail:, telefone:.....

CLÁUSULA TERCEIRA - VALOR E REAJUSTAMENTO

3.1 - PREÇOS REGISTRADOS

Os preços unitários registrados nesta Ata abrangem impostos, taxas, fretes, embalagens, carga, descarga, riscos e tributos, sendo que serão utilizados conforme necessidade da **CASAN**.

3.1.1 - O registro de preço apresentado abaixo é referente à proposta da primeira classificada, denominada DETENTORA, de forma que a este preço poderão ser convocadas as demais empresas classificadas, desde que obedeça aos quantitativos remanescentes, à ordem de classificação estabelecida no item 3.2 e às demais possibilidades constantes do Edital do PREGÃO ELETRÔNICO nº 56/2015.

LOTE 1							
It	Cód.	Descrição	Marca	Qtde Máx.	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1	50385	TURBIDIMETRO MICROPROCESSADO 0-1000 NTU TURBIDIMETRO PORTATIL MICROPROCESSADO, LEITURA DIGITAL DETURBIDEZ COM GRANDE SENSIBILIDADE E PRECISAO, PARA ANALISES NA FAIXA ENTRE 0 A 1000 uT, E RESOLUCAO DE 0.01 uT. CALIBRACAO PERIODICA COM PADROES SECUNDARIOS		200	EQ	R\$	R\$

		GELEX (PARTICULAS DE OXIDO DE METAL SUSPENSO EM GEL). DEVE OPERAR COM PILHAS E ENERGIA ELETRICA, 220 VOLTS, ATRAVES DE ELIMINADOR DE PILHAS. DEVE CONTER TODOS OS DISPOSITIVOS E ACESSORIOS NECESSARIOS PARA A OPERACIONALIZACAO DO EQUIPAMENTO, INCLUSIVE OS PADROES ESTABILIZADOS, BEM COMO O MANUAL DE OPERACAO/INSTRUCAO E MALETA APROPRIADA PARA O TRANSPORTE E ARMAZENAMENTO.					
--	--	---	--	--	--	--	--

LOTE 2							
It	Cód.	Descrição	Marca	Qtde Máx.	Unid	Valor Unitário	Valor Total
1	41662	FLUORIMETRO MICROPROCESSADO DIGITAL		150	PC	R\$	R\$

LOTE 3							
It	Cód.	Descrição	Marca	Qtde Máx.	Unid	Valor Unitário	Valor Total
1	97050	PHMETRO PORTATIL LABORATORIO FAIXA 0,0 A 14,0		220	AP	R\$	R\$

LOTE 4							
It	Cód.	Descrição	Marca	Qtde Máx.	Unid	Valor Unitário	Valor Total
1	9636	COLORIMETRO CONFORME ESPECIFICACAO – ANEXO V PARA ANÁLISE DE CLORO RESIDUAL POR DPD		200	PC	R\$	R\$

LOTE 5							
It	Cód.	Descrição	Marca	Qtde Máx.	Unid	Valor Unitário	Valor Total
1	36786	COLORIMETRO 0A500 PCU RESOLUCAO 0,1MG/L PARA ANÁLISE DE COR EM ÁGUA PELA METODOLOGIA TRISTIMULUS		250	PC	R\$	R\$

LOTE 6							
It	Cód.	Descrição	Marca	Qtde Máx.	Unid	Valor Unitário	Valor Total
1	41638	JAR TEST COM 06 CUBAS APARELHO DE JAR TEST MICROPROCESSADO 6 PROVAS. CONFORME ESPECIFICACAO TECNICA – ANEXO V		60	AP	R\$	R\$

3.2 - EMPRESAS CLASSIFICADAS

LOTE 1	ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO	EMPRESA
	1ª	
	2ª	
	3ª	

LOTE 2	ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO	EMPRESA
	1ª	
	2ª	
	3ª	

LOTE 3	ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO	EMPRESA
	1ª	
	2ª	
	3ª	

LOTE 4	ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO	EMPRESA
	1ª	
	2ª	
	3ª	

LOTE 5	ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO	EMPRESA
	1ª	
	2ª	
	3ª	

LOTE 6	ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO	EMPRESA
	1ª	
	2ª	
	3ª	

3.3 - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O prazo de pagamento será de **30 (trinta)** dias corridos, contados do aceite das notas fiscais faturas. A **DETENTORA** deverá informar na(s) Nota(s) Fiscal(is) o(s) número(s) da(s) AF(s) correspondente(s).

3.3.1 - Caso sejam detectados problemas quanto à qualidade dos materiais e/ou equipamentos entregues, identificados pelo controle de qualidade, o prazo de pagamento iniciará sua contagem após a regularização, ou seja, a entrega dos mesmos substituídos.

3.3.2 - O pagamento está condicionado à apresentação, pela **DETENTORA**, da Certidão de Quitação com a Fazenda Estadual de Santa Catarina e, também, a Certidão de Quitação com a Fazenda Estadual do Estado sede da empresa que não possuir estabelecimento em Santa Catarina, conforme Decreto Estadual nº. 3650 de 27/05/1993, com as alterações, do Decreto Estadual nº. 3884 de 26/08/1993, em seu original ou em cópia autenticada por cartório. Os documentos apresentados em cópia não autenticada poderão ser autenticados por funcionário da **CASAN**, mediante apresentação dos originais. A não apresentação desses documentos implicará automaticamente, na suspensão do pagamento da(s) fatura(s). Será dispensada a apresentação de nova Certidão Negativa quando ocorrer outro pagamento dentro do prazo de validade da Certidão Negativa anteriormente apresentada.

3.3.3 - A não apresentação dos documentos exigidos no subitem 3.3.2, implicará automaticamente, na suspensão do pagamento da(s) fatura(s).

3.3.4 - Será dispensada a apresentação de nova Certidão Negativa quando ocorrer outro pagamento dentro do prazo de validade da Certidão Negativa anteriormente apresentada.

3.4 - ATRASO DE PAGAMENTO

A **CASAN** pagará por eventuais atrasos de pagamento, encargos financeiros conforme o disposto no *Caput* do Art. 117, da Constituição Estadual.

3.5 - REVISÃO

A **CASAN** realizará com periodicidade trimestral pesquisa de mercado para comprovar a vantajosidade dos preços praticados pelo detentor da ata. Verificada a desconformidade entre o preço registrado e o preço de mercado, proceder-se-á negociação de preço conforme disciplinam os artigos 17 a 21 do Decreto Federal nº 7.892 de 23 de janeiro de 2013.

3.6 - RECURSOS FINANCEIROS

Os recursos financeiros para pagamento das futuras contratações do objeto desta Ata de Registro de Preços são provenientes de recursos próprios da **Companhia Catarinense de Águas e Saneamento – CASAN**.

CLÁUSULA QUARTA - UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1 - A CASAN somente utilizará a presente Ata de Registro de Preços quando julgue conveniente e oportuno, uma vez que esta não representa compromisso de aquisição, podendo cancelá-la ou suspendê-la, sem que tal decisão caiba recurso de sua **DETENTORA** ou qualquer indenização por parte da **CASAN**.

4.2 - A existência de preços registrados não obriga a **CASAN** a firmar as contratações que deles poderão advir, sem que caiba direito a recurso ou a indenização de qualquer espécie por parte da empresa **DETENTORA**. Fica facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação pertinente às licitações e ao SRP, assegurando-se ao beneficiário do registro de preferência em igualdade de condições, de acordo com o Edital.

CLÁUSULA QUINTA - AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO

5.1 - A emissão da Autorização de Fornecimento e/ou do Instrumento Contratual, sua retificação ou cancelamento total ou parcial, será igualmente autorizada pela Gerência de Políticas Operacionais da **CASAN**.

5.2 - A aquisição dos materiais, inerentes ao objeto da presente Ata de Registro de Preços, será autorizada, caso a caso, pelo Gestor desta Ata com a efetiva dotação orçamentária.

CLÁUSULA SEXTA - PENALIDADES

6.1 - Pela inexecução total ou parcial das regras estabelecidas na Autorização de Fornecimento e/ou Instrumento Contratual, a **CASAN** poderá, garantida prévia defesa, aplicar à **DETENTORA** as seguintes sanções:

I) Advertência e anotação restritiva no Cadastro de Fornecedores;

II) Multa. Será cobrada multa de 0,2% (zero vírgula dois pontos percentuais) por dia de atraso no cumprimento da execução da Ata de Registro de Preço, até o limite de 10% (dez pontos percentuais) do valor da Nota Fiscal principal e de reajuste, se houver;

III) Suspensão temporária de participação em licitação, e impedimento de contratar a **CASAN**, por um prazo não superior a 5 (cinco) anos;

IV) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração.

CLÁUSULA SÉTIMA - RESCISÃO

7.1 - A inexecução total ou parcial da Autorização de Fornecimento e/ou Instrumento Contratual ensejará a sua rescisão, com as consequências estabelecidas neste instrumento e as previstas em Lei. Dentre outros, constituem motivos para rescisão do mesmo, independente de interpelação judicial ou extrajudicial e de qualquer indenização:

7.1.1 - O não cumprimento ou o cumprimento irregular da Autorização de Fornecimento e/ou Instrumento Contratual, especificações, projetos ou prazos.

7.1.2 - A lentidão do seu cumprimento levando a **CASAN** a comprovar a impossibilidade do fornecimento, nos prazos estipulados.

7.1.3 - O atraso injustificado no início do fornecimento.

7.1.4 - A paralisação do fornecimento sem justa causa e prévia comunicação a **CASAN**.

7.1.5 - A total ou parcial do seu objeto, a associação da **DETENTORA** com outro, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas na licitação e nesta Ata.

7.1.6 - O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores.

7.1.7 - O cometimento reiterado de faltas na sua execução.

7.1.8 - A decretação de falência, ou a instauração de insolvência civil.

7.1.9 - Razões de interesse público ou na ocorrência das hipóteses do artigo 78 da Lei nº. 8.666/93.

7.2 - FORMAS DE RESCISÃO

A rescisão da Autorização de Fornecimento e/ou Instrumento Contratual poderá ser:

7.2.1 - Determinada, por ato unilateral e escrito da **CASAN**, nos casos enumerados no item 7.1.

7.2.2 - Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da Licitação, desde que haja conveniência para a **CASAN**. Esta rescisão deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

7.2.3 - Judicial, nos termos da legislação processual.

7.3 - DO CANCELAMENTO

A **DETENTORA** terá seu registro de preço cancelado, independente de interpelação judicial ou extrajudicial e de qualquer indenização quando:

7.3.1 - Decretação de falência ou a instauração de insolvência civil da **DETENTORA** da Ata de Registro de Preço;

7.3.2 - A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do Contrato ou instrumento equivalente.

7.3.3 - Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado, não aceitando a **DETENTORA** da Ata de Registro de Preço, reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado.



7.3.4 - Sempre que ficar constatado que a **DETENTORA** da Ata de Registro de Preço perdeu qualquer das condições de habilitação e qualificação exigidas na Licitação.

7.3.5 - Não assinar a Autorização de Fornecimento e/ou Instrumento Contratual no prazo estabelecido;

7.3.6 - Razões de interesse público.

7.4 - COMUNICAÇÃO DE EXCLUSÃO

7.4.1 - A comunicação da exclusão da **DETENTORA** será feita por correspondência com aviso de recebimento, ou por meio de publicação no Diário Oficial do Estado, juntando-se o comprovante, aos autos que deram origem a Ata de Registro de Preços.

7.4.2 - No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da **DETENTORA**, a comunicação da exclusão será feita por publicação no Diário Oficial do Estado, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

CLÁUSULA OITAVA - DISPOSIÇÕES FINAIS

8.1 - ALTERAÇÕES

A Ata de Registro de Preço poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93, e suas alterações posteriores.

8.2 - DOCUMENTOS

Integram o presente Instrumento, como se nele estivessem transcritos; as propostas consignadas pelas empresas classificadas do Registro de Preço, bem como o Edital do **PREGÃO ELETRÔNICO nº 56/2015**.

8.3 - FORO

As Contraentes elegem com expressa renúncia de qualquer outro mais privilegiado, o Foro da Comarca da Capital, SC, para solução de quaisquer questões emergentes, à presente Ata de Registro de Preço.

E, por assim estarem justas e acertadas, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Florianópolis, ____ de _____ de 20____.

COMPANHIA CATARINENSE ÁGUAS E SANEAMENTO – CASAN

RAZÃO SOCIAL CONTRATADA



ANEXO VII

MINUTA CONTRATUAL

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº /

**CONTRATO DE FORNECIMENTO DE MATERIAIS E/OU EQUIPAMENTOS –
FM Nº /**

CONDIÇÕES ESPECIAIS

Instrumento particular de contrato que celebram a **COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO - CASAN** e a empresa .

CLÁUSULA PRIMEIRA - PREÂMBULO

1.1 - CONTRAENTES

Celebram o presente Contrato a **COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO - CASAN**, sociedade de economia mista estadual, registrada na Junta Comercial do Estado de Santa Catarina sob o nº 1502, inscrita no CNPJ do MF sob nº 82.508.433/0001-17, com sede na Rua Emílio Blum, nº 83, bairro Centro, na cidade de Florianópolis/SC, doravante simplesmente denominada "**CASAN**" e a empresa , inscrita no CNPJ do MF sob nº , com sede na Rua , nº , bairro , na cidade de , doravante simplesmente denominada "**FORNECEDORA**".

1.2 - REPRESENTANTES

Representam a **CASAN**, conforme poderes outorgados em seu estatuto, os seus Diretores, adiante assinados, e a **FORNECEDORA**, por seu representante legal, adiante assinado, de conformidade com o Instrumento Procuratório, apresentado e arquivado na **CASAN**.

1.3 - FUNDAMENTO CONTRATUAL

A celebração deste contrato decorre da Homologação nº / , datada de / / , da Diretoria da **CASAN**, que aprovou o julgamento do Pregão Eletrônico nº 56/2015.

1.4 - LOCAL E DATA

Lavrado na sede da **CASAN**, na cidade de Florianópolis/SC, aos / / .

1.5 - REGIME LEGAL

As contraentes expressam sujeição às cláusulas contratuais, às disposições constantes na Lei nº 10.520 de 17/07/02, Lei Estadual nº 12.337 de 05/07/02, Regulamento da **CASAN** aprovado através da Resolução nº 27 de 17/11/06, com a aplicação subsidiária da Lei nº 8.666/93, e a Lei Complementar nº 123/06 de 14/12/06.

CLÁUSULA SEGUNDA - OBJETO

2.1 - DISCRIMINAÇÃO

A **FORNECEDORA** obriga-se a fornecer à **CASAN**, Equipamentos de Laboratório para as Estações de Tratamento de Água da CASAN, sendo Lote 1 - Turbidímetro Digital Portátil (de campo); Lote 2 - Analisador de Flúor Portátil; Lote 3 - Medidor de PH de Bancada; Lote 4 - Aparelho Portátil de Cloro Livre e Total pelo Método DPD; Lote 5 - Aparelho de Análise de Cor Aparente e Lote 6 - Equipamento de Jar Test 6 provas, relacionados e especificados no Anexo I - Planilha de Preços, no Anexo V - Termo de Referência e na **Autorização Contratual - AC nº**, anexa, nas condições apresentadas em seu orçamento-proposta nº , datado de / / , bem como condições consignadas da Ata de Registro de Preço nº / e o nº / , os quais são partes integrantes deste Termo.

2.2 - LOCAL DE ENTREGA

Os materiais deverão ser entregues no seguinte endereço: Almoxarifado Central da CASAN, situado na BR 101, km 203, Viaduto de Barreiros, na cidade de São José/SC, CEP 88111-000.

2.2.1 - CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

O transporte e o descarregamento no local determinado pela **CASAN** são integralmente de responsabilidade da **FORNECEDORA**, devendo disponibilizar pessoal suficiente e com os EPI's compatíveis com material/equipamento a ser descarregado, em conformidade com a legislação de segurança do trabalho vigente.

Estas operações devem ser realizadas de maneira que preserve a integridade física do material/equipamento; sendo que para o descarregamento de unidades que não possam ser descarregadas manualmente, a contratada deverá obrigatoriamente dispor, no momento do descarregamento, de todos os equipamentos necessários à execução deste procedimento (guindaste, munc, empilhadeira, etc.).

2.2.2 - ENTREGAS PARCIAIS

Entregas parciais serão admitidas, respeitado o prazo de entrega estabelecido, somente nas seguintes situações:

- c) Por solicitação da **CASAN**.
- d) Por solicitação de fornecedor, mediante autorização da **CASAN**.

2.3 - PRAZO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

O prazo de execução do contrato será de **30 (trinta)** dias corridos contados a partir da data do recebimento da Autorização Contratual - AC, que coincidirá com a data da assinatura do contrato, expedida pela Divisão de Convênios e Contratos da **CASAN**. Esse prazo poderá ser prorrogado na ocorrência de um dos motivos previstos no art. 57 da Lei nº 8.666/93, na forma em vigor.

2.4 - PRAZO DE ENTREGA

O prazo para entrega dos materiais e/ou equipamentos será de **30 (trinta)** dias corridos, contados após a data de recebimento da Autorização de Fornecimento, o quantitativo solicitado na mesma deverá ser entregue de forma integral.

2.5 - REGIME DE EXECUÇÃO

O regime de execução dos serviços é o de empreitada por preço unitário.

2.6 - GESTOR DO CONTRATO

O gestor deste contrato é....., lotado nada **CASAN**, e-mail:, telefone:.....

2.7 - FISCAL DO CONTRATO

O fiscal deste contrato para a Superintendência Regional de Negócios Oeste é....., lotado nada **CASAN**, e-mail:, telefone:.....

O fiscal deste contrato para a Superintendência Regional de Negócios Norte/Vale do Rio Itajaí é....., lotado nada **CASAN**, e-mail:, telefone:.....

O fiscal deste contrato para a Superintendência Regional de Negócios da Região Metropolitana é....., lotado nada **CASAN**, e-mail:, telefone:

O fiscal deste contrato para a Superintendência Regional de Negócios Sul/Serra é....., lotado nada **CASAN**, e-mail:, telefone:.....

CLÁUSULA TERCEIRA - VALOR E REAJUSTAMENTO

3.1 - VALOR DO CONTRATO

A **CASAN** pagará à **FORNECEDORA** pela total entrega dos materiais, objeto deste contrato, o valor total de R\$ (), que abrange impostos, taxas, fretes, embalagens, carga, descarga, riscos e tributos.

3.2 - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O prazo de pagamento será de **30 (trinta)** dias corridos, após o aceite das notas fiscais/faturas. A **FORNECEDORA** deverá informar na(s) Nota(s) Fiscal (is) o(s) número(s) da(s) AF(s) correspondente(s).

3.2.1 - Caso sejam detectados problemas quanto à qualidade dos materiais e/ou equipamentos entregues, verificados pelo controle de qualidade, o prazo de pagamento iniciará sua contagem após a regularização, ou seja, a entrega dos mesmos substituídos.

3.2.2 - O pagamento está condicionado à apresentação da Certidão de Quitação com a Fazenda Estadual de Santa Catarina e, também, a Certidão de Quitação com a Fazenda Estadual do Estado sede da empresa que não possuir estabelecimento em Santa Catarina, conforme Decreto Estadual nº. 3.650 de 27/05/1993, com as alterações, do Decreto Estadual nº. 3.884 de 26/05/1993, em seu original ou em cópia autenticada por cartório. Os documentos apresentados em cópia não autenticada poderão ser autenticados por funcionário da **CASAN**, mediante apresentação dos originais.

3.2.3 - A não apresentação dos documentos exigidos no subitem 3.2.2, implicará automaticamente, na suspensão do pagamento da(s) fatura(s).

3.2.4 - Será dispensada a apresentação de nova Certidão Negativa quando ocorrer outro pagamento dentro do prazo de validade da Certidão Negativa anteriormente apresentada.

3.2.5 - Os pagamentos devidos pela **CASAN** serão liquidados através de crédito em conta corrente do favorecido, na Caixa Econômica Federal - CEF;

3.2.6 - Nos municípios onde não estiverem instaladas Agências da CEF, os pagamentos devidos poderão ser realizados através do Banco do Brasil - BB, ou, na falta deste, em qualquer instituição privada.

3.3 - ATRASO DE PAGAMENTO

A **CASAN** pagará por eventuais atrasos de pagamento, encargos financeiros conforme o disposto no *Caput* do Art. 117, da Constituição Estadual.

3.4 - RECURSOS FINANCEIROS

Os recursos financeiros destinados ao pagamento dos materiais e/ou equipamentos, objeto deste contrato, são provenientes do Orçamento 2015 da **Companhia Catarinense de Águas e Saneamento – CASAN**, na conta nº 6108530.

3.5 - REAJUSTAMENTO

Os preços serão fixos e irrevogáveis, durante os primeiros 12 (doze) meses de contratação, contados da data do orçamento desta licitação (Fevereiro/2015), após, seus preços poderão ser reajustados pelo Código de Série nº 1004812 da FGV, observado o intervalo de 12 (doze) meses entre um reajuste e outro.

CLÁUSULA QUARTA - OBRIGAÇÕES

4.1 - A **FORNECEDORA** é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução deste Contrato.

4.2 - A inadimplência da **FORNECEDORA**, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à **CASAN** a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto deste Contrato. Na ocorrência de propositura de ações judiciais versando sobre os encargos mencionados a **FORNECEDORA** deverá requerer imediatamente a exclusão da **CASAN** da lide, sob pena de sofrer as sanções previstas em Lei.

4.3 - A **FORNECEDORA** manterá durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem como todas as obrigações exigidas no Termo de Referência vinculado ao Edital.

4.4 - Cada equipamento deve vir, de fábrica, calibrado em laboratório integrante da RBC (Rede Brasileira de Calibração) ou, caso importado, ao órgão parceiro do INMETRO (Ex.: NIST, DIN, etc).

4.5 - Pelo período de até 05 (cinco) anos após a aquisição dos equipamentos, o fornecedor deverá se comprometer a efetuar eventuais calibrações e ajustes que se fizerem necessárias nos equipamentos, tendo como prazo máximo de 15 (quinze) dias para atender a solicitação da **CASAN**. Sendo obrigação da contratada o envio de técnico habilitado para realizar tal serviço e/ou as despesas com retirada, transporte e retorno do equipamento em questão.

CLÁUSULA QUINTA - PENALIDADES

5.1 - Pela inexecução total ou parcial do Contrato a **CASAN** poderá, garantida prévia defesa, aplicar à **FORNECEDORA** as seguintes sanções:

I) Advertência;

II) Multa. Será cobrada multa de 0,2% (dois décimos por cento) por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento) do valor da Nota Fiscal principal e de reajuste, se houver;

III) Suspensão temporária de participação em licitação, e impedimento de contratar a **CASAN**, por um prazo não superior a 5 (cinco) anos;

IV) Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração.

CLÁUSULA SEXTA - RESCISÃO

6.1 - A inexecução total ou parcial do Contrato ensejará a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em Lei. Dentre outros, constituem motivos para rescisão do Contrato:

6.1.1 - O não cumprimento ou o cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos.

6.1.2 - A lentidão do seu cumprimento levando a **CASAN** a comprovar a impossibilidade do fornecimento, nos prazos estipulados.

6.1.3 - O atraso injustificado no início do fornecimento.

6.1.4 - A paralisação do fornecimento sem justa causa e prévia comunicação a **CASAN**.

6.1.5 - A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação da **FORNECEDORA** com outro, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas na licitação e neste Termo.

6.1.6 - O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores.



COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO
GERÊNCIA DE LICITAÇÕES
DIVISÃO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

www.licitacoes-e.com.br



6.1.7 - O cometimento reiterado de faltas na sua execução.

6.1.8 - A decretação de falência, ou a instauração de insolvência civil.

Parágrafo único: A **CASAN**, quando em casos de serviços essenciais, poderá ocupar provisoriamente bens móveis, imóveis, pessoal e serviços vinculados ao objeto do contrato, na hipótese da necessidade de acautelar apuração administrativa de faltas contratuais pela **FORNECEDORA**, bem como a execução da garantia contratual na hipótese de rescisão para ressarcimento da administração, e dos valores das multas e indenizações a ela devidas, mediante motivação nos autos de processo administrativo, devidamente conferido o direito ao contraditório e da ampla defesa.

6.2 - FORMAS DE RESCISÃO

A rescisão do Contrato poderá ser:

6.2.1 - Determinada, por ato unilateral e escrito da **CASAN**, nos casos enumerados no item 6.1.

6.2.2 - Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da Licitação, desde que haja conveniência para a **CASAN**. Esta rescisão deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

6.2.3 - Judicial, nos termos da legislação processual.

CLÁUSULA SÉTIMA - DISPOSIÇÕES FINAIS

7.1 - CONDIÇÕES GERAIS

Fazem parte integrante deste Termo, as Condições Gerais do Contrato de Fornecimento de Materiais e/ou Equipamentos, registrados no Cartório de Registro de Títulos e Documentos Fernando Campos de Faria, sob termo 63.696, Livro B, de 30-12-82, do inteiro conhecimento da **FORNECEDORA**, as quais, as partes contraentes se obrigam a cumprir.

7.2 - DOCUMENTOS

Integram o presente Instrumento, como se nele estivessem transcritos; a proposta relacionado e especificado no Anexo I e V, datada de nº/ / , a Ata de Registro de Preço nº / , e o Edital do nº / .

7.3 - FORO

As Contraentes elegem com expressa renúncia de qualquer outro mais privilegiado, o Foro da Comarca da Capital, SC, para solução de quaisquer questões emergentes, ao presente Contrato. E, por assim estarem justas e acertadas, firmam o presente em 2 (duas) vias de igual teor e forma.

Florianópolis, ____ de _____ de 20____.

COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO – CASAN

RAZÃO SOCIAL CONTRATADA



CONTRATO DE FORNECIMENTO DE MATERIAIS E/OU EQUIPAMENTOS N.º

CONDIÇÕES GERAIS

CLÁUSULA PRIMEIRA - DOS ELEMENTOS DO OBJETO

1.1 - QUALIDADE

Os materiais e/ou equipamentos objeto deste contrato obedecerão as especificações exigidas constantes da proposta da **FORNECEDORA** e estarão sujeitos a critérios da **CASAN** a prévio teste de qualidade diretamente pela **CASAN**, por delegação a órgãos técnicos de outras entidades ou ainda por terceiros que credenciar. O teste para controle de qualidade poderá ser feito nas instalações da **FORNECEDORA** ou no local do destino dos materiais e/ou equipamentos, objeto deste contrato.

1.2 - INSPEÇÕES

Recebida, a **AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO**, a **FORNECEDORA** preparará o objeto deste contrato para a inspeção de qualidade de que trata o item 1.1 e, no prazo de 5 (cinco) dias, antes da sua entrega, dará aviso por escrito a **CASAN** de que se encontra a disposição para os exames, a critério da **CASAN**; esta dará a “**ORDEM DE EMBARQUE**”.

1.2.1 - A CASAN reserva-se o direito de recusar no todo ou em parte qualquer material e/ou equipamento considerado defeituoso ou imprestável ou o que, após inspecionado, não venha acompanhado do laudo de inspeção pelo Controle de Qualidade, obrigando-se a **FORNECEDORA**, a promover a substituição.

Ocorrendo rejeição total ou parcial do objeto deste contrato, pelos critérios de aceitação ou rejeição ajustada, a **CASAN** sustará o respectivo pagamento, bem como poderá cancelar o pedido, no todo ou em parte.

1.2.2 - A FORNECEDORA reembolsará a **CASAN** das despesas com a inspeção para o Controle de Qualidade que resultar em rejeição do seu material e/ou equipamento.

1.2.3 - A rejeição dos materiais e/ou equipamentos pelo Controle de Qualidade não implicará na prorrogação dos prazos parciais ou totais, fixados nas “**AUTORIZAÇÕES DE FORNECIMENTOS**”.

1.2.4 - A aceitação dos materiais e/ou equipamentos pela entidade inspetora não diminui ou elimina a plena e total garantia dos mesmos, contra quaisquer defeitos de fabricação que os mesmos venham a apresentar, no prazo de garantia ofertado.

1.3 - GARANTIAS

A **FORNECEDORA** dá a **CASAN** total garantia de qualidade e funcionamento dos materiais e/ou equipamentos fornecidos, contra defeitos de fabricação. A garantia é válida por um período de 18 (dezoito) meses contados da data de entrega, salvo definição de período diferenciado estabelecido no Edital. Essa garantia corresponde a obrigatoriedade de substituição das partes ou peças defeituosas. Caso o defeito perdurar, a **FORNECEDORA** estará obrigada a total substituição do(s) material(is) e/ou equipamento(s).

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS PRAZOS

2.1 - DE FORNECIMENTO

O prazo de fornecimento dos materiais e/ou equipamentos é o ajustado na Cláusula Segunda – Objeto, das Condições Especiais deste Contrato.

2.1.1 - A partir do recebimento pela **CASAN** da comunicação pela **FORNECEDORA** de que o objeto deste contrato está em condições de ser submetido a inspeção de qualidade, o prazo será interrompido e reiniciará seu decurso a partir da **ORDEM DE EMBARQUE**, expedida pela **CASAN**.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS PREÇOS E DO REAJUSTAMENTO

3.1 - PREÇO TOTAL

A **CASAN** pagará a **FORNECEDORA** pela total entrega dos materiais e/ou equipamentos o preço ajustado na Cláusula Terceira – Valor e Reajustamento, das Condições Especiais deste Contrato.

3.2 - PREÇOS UNITÁRIOS

O valor das entregas parciais será calculado pelos preços unitários constantes da proposta apresentada pela **FORNECEDORA**, que integra inseparavelmente este contrato.

3.3 - REAJUSTAMENTO

Os preços unitários ora ajustados poderão estar ou não sujeitos ao reajustamento, de conformidade com as disposições constantes do Edital ou da Dispensa de Licitação, que integram inseparavelmente este contrato, como se nele estivessem transcritas. O reajustamento dos preços, se cabível, deverá ser apurado em conformidade com a Cláusula Terceira – Valor e Reajustamento, das Condições Especiais deste contrato.

3.3.1 - O atraso no fornecimento não beneficiará a parte responsável e o reajustamento será calculado com o índice correspondente ao mês em que deveria ser entregue o material e/ou equipamento.

3.3.2 - O cálculo do reajustamento será promovido pela **FORNECEDORA** e conferido pela **CASAN**.

3.3.3 - O valor do reajuste deverá ser faturado separadamente do relativo aos preços iniciais.

CLÁUSULA QUARTA - DOS PAGAMENTOS

4.1 - PRAZO

O pagamento será procedido no prazo ajustado nas condições de pagamento da Cláusula Terceira – Valor e Reajustamento, Das Condições Especiais deste contrato, contado do recebimento dos materiais e/ou equipamentos, pela **CASAN**.

4.2 - SUSTAÇÃO

O pagamento poderá ser susado pela **CASAN**, nas seguintes hipóteses:

4.2.1 - Imperfeição dos materiais e/ou equipamentos, objeto deste contrato;

4.2.2 - Inadimplemento de qualquer das cláusulas deste contrato.

CLÁUSULA QUINTA - DA GARANTIA

5.1 - VALOR

A **FORNECEDORA** deverá recolher à título de garantia do contrato, quando exigido, o valor ajustado na Cláusula Quarta – Garantia, das Condições Especiais do presente contrato, em garantia das obrigações ora estatuídas.

5.2 - SUBSTITUIÇÃO

Na vigência do presente contrato a **FORNECEDORA** poderá, mediante requerimento, substituir a garantia apresentada desde que não se altere o valor nominal ora estatuído, ficando obrigatória a sua substituição, quando feita por fiança bancária e/ou seguro garantia, com validade prescrita.

5.3 - DEVOLUÇÃO

A garantia e/ou seus reforços recolhida na Tesouraria da **CASAN**, será devolvida à **FORNECEDORA**, após o recebimento total do seu objeto, pela **CASAN**.

5.4 - PERDA

A **FORNECEDORA** poderá perder a garantia e/ou seus reforços, recolhida(s) na Tesouraria da **CASAN**, na hipótese da rescisão do contrato, decorrente do seu inadimplemento as obrigações pactuadas ou ainda pela absorção do valor pela aplicação da multa contratualmente prevista, desde que oferecido o contraditório e ampla defesa.

CLÁUSULA SEXTA - DA RESPONSABILIDADE

6.1 - FORNECEDORA

A **FORNECEDORA** reconhece por este instrumento, que é a única responsável em qualquer caso, por danos ou prejuízos que eventualmente causar a **CASAN**, a coisa, a propriedade ou pessoas, em decorrência deste contrato, correndo as suas expensas sem responsabilidade ou ônus para a **CASAN**, os ressarcimentos ou indenizações, por tais danos ou prejuízos.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PENALIDADES

7.1 - ENUMERAÇÃO

A **FORNECEDORA** estará sujeita, por inadimplemento contratual, as seguintes penalidades:

7.1.1 - Advertência;

7.1.2 - Multas simples;

7.1.3 - Multa de mora;

7.1.4 - Multa rescisória;

7.1.5 - Rescisão do Contrato;

7.1.6 - Suspensão do direito de licitar;

7.1.7 - Declaração de inidoneidade para licitar.

7.2 - MULTAS SIMPLES

A **FORNECEDORA** estará sujeita a multas simples de até 0,5% (meio por cento) do valor deste contrato, por faltas ou irregularidade que praticar. Dentre outros, constituem motivos para aplicação de multas simples:

7.2.1 - Descumprimento dos prazos de entrega;

7.2.2 - Fornecimento do objeto deste contrato, em desacordo com o projeto, normas técnicas ou especificações exigidas pela **CASAN**, do pleno conhecimento da **FORNECEDORA**;

7.2.3 - Informações inexatas ou criação de situação de embaraço, pela **FORNECEDORA**, a Fiscalização ou Inspeção da **CASAN**;

7.2.4 - Transferência ou cessão da obrigação a terceiros no todo ou em parte, sem prévia autorização da “**CASAN**”.

7.3 - MULTA DE MORA

A **FORNECEDORA** estará sujeita, pelo atraso na entrega do objeto deste contrato, no todo ou em parte, a multa de mora de 0,2 (dois décimos por cento) por dia de atraso, incidentes sobre o valor do contrato, até o máximo de 10% (dez por cento) do valor mencionado.

7.4 - MULTA RESCISÓRIA

A rescisão deste por inadimplemento contratual da **FORNECEDORA**, sujeitará esta multa rescisória no valor de 10% (dez por cento) do valor do saldo do contrato, existente na data da rescisão.

7.5 - PAGAMENTO DE MULTA

As multas mais simples, de mora e de rescisão, de que tratam os itens 7.2, 7.3 e 7.4 desta Cláusula, serão imediatamente descontadas pela **CASAN**, dos pagamentos decorrentes deste contrato.

CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO

8.1 - MOTIVOS

A inexecução total ou parcial deste contrato ensejara a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em Lei. Dentre outros constituem motivos para a rescisão do contrato:

8.1.1 - O não cumprimento de qualquer das cláusulas contratuais, especificações, prazos ou cumprimento irregular de qualquer das obrigações mencionadas;

8.1.2 - O atraso na entrega ou a paralisação do fornecimento por prazo superior a 20 (vinte) dias.

8.1.3 - Ceder ou transferir a terceiros, no todo ou em parte, sem anuência prévia da **CASAN** o objeto deste contrato;

8.1.4 - A decretação de falência, ou a instauração de insolvência civil.

8.1.5 - Ato de autoridade ou lei superveniente, que torne este contrato inexecutável.

8.2 - ADMINISTRATIVA

A Rescisão administrativa poderá ser promovida por ato unilateral da Diretoria da **CASAN**, independentemente de aviso ou notificação Judicial a **FORNECEDORA** nos casos enumerados no item anterior.

8.3 - JUDICIAL

A rescisão judicial poderá ser promovida nos termos da legislação processual e será promovida pela parte que tiver direito a extinção do contrato.

8.4 - AMIGÁVEL

A rescisão amigável poderá ocorrer por acordo entre partes.

8.5 - DE PLENO DIREITO

A rescisão de pleno direito poderá se verificar, independente da declaração de vontade de qualquer das partes, diante de fato extintivo do contrato.

8.6 - RESCISÃO PELA FORNECEDORA

A **FORNECEDORA** poderá declarar rescindido o contrato, em qualquer das hipóteses adiante relacionadas:

8.6.1 - Atraso de pagamento superior a 90 (noventa) dias;

8.6.2 - Suspensão de fornecimento ou ordem de embarque, por prazo superior a 90 (noventa) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra;

8.6.3 - Ocorrência de caso fortuito, ou de força maior, devidamente comprovada, impeditiva da execução deste contrato.

CLÁUSULA NONA - DISPOSIÇÕES FINAIS

9.1 - ENCARGOS

A **FORNECEDORA** é a responsável por quaisquer encargos decorrentes deste contrato, dentre os quais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e contratuais.

9.2 - ADITIVOS

O presente contrato poderá ser alterado, através de celebração de termos de aditamento, por mútuo acordo entre as partes ou por interesse da **CASAN**, observada a legislação pertinente.

9.3 - DOCUMENTOS

Integram o presente contrato, como se nele estivessem transcritos o Edital ou dispensa de Licitação, a proposta da **FORNECEDORA** e demais documentos a ele relativo.

9.4 - REGISTRO DESTAS CONDIÇÕES GERAIS DE CONTRATO

As presentes condições Gerais de Contrato estão registradas no Cartório de Registro de Títulos e Documentos Fernando Campos de Farias, sob o termo 63.696, no Livro B 114, em 30/12/1982.



9.5 - FORO

As partes contratantes elegem com expressa renúncia de qualquer outro mais privilegiado, o FORO da Comarca de Florianópolis para quaisquer questões emergentes do presente contrato.